

CONTRATO DE CONCESSÃO

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE CONCESSÃO PATROCINADA, PARA
OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO BA-052 E A
CONSTRUÇÃO DE PONTE-TRAVESSIA SOBRE O RIO SÃO FRANCISCO ENTRE OS
MUNICÍPIOS BAIANOS DE XIQUE-XIQUE E BARRA**

Salvador, [] de [] de 2018.

SUMÁRIO

1.	Disposições Iniciais.....	5
2.	Objeto do Contrato	15
3.	Prazo da Concessão	15
4.	Bens da Concessão	17
5.	Autorizações Governamentais.....	18
6.	Desapropriações, Imposições Administrativas, Desocupações de Faixa de Domínio e Reassentamento	19
7.	Financiamento	23
8.	Serviços e Obras.....	26
9.	Declarações	28
10.	Prestação de Informações.....	29
11.	Contratação com Terceiros e Empregados	31
12.	Fiscalização da Concessão	32
13.	Direitos dos Usuários	36
14.	Compartilhamento dos Ganhos Financeiros.....	37
15.	Valor do Contrato e Remuneração	37
16.	Tarifa de Pedágio	38
17.	Contraprestações Públicas	39
18.	Aporte de Recursos	42
19.	Reajuste	43
20.	Apuração Trimestral da Contraprestação Pública Mensal Efetiva.....	47
21.	Revisão Ordinária.....	49
22.	Revisão Extraordinária.....	53
23.	Receitas Extraordinárias.....	53
24.	Alocação de Riscos	55
25.	Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro.....	64
26.	Seguros	69
27.	Garantia de Execução do Contrato pela Concessionária.....	73
28.	Garantia Pública	77
29.	Capital Social da Concessionária	78
30.	Transferência de Controle	79

31.	Assunção do Controle pelos Financiadores.....	79
32.	Sanções.....	80
33.	Intervenção do Concedente	87
34.	Casos de Extinção	90
35.	Advento do Termo Contratual	91
36.	Encampação.....	91
37.	Caducidade	94
38.	Rescisão.....	99
39.	Anulação.....	99
40.	Evento Continuado de Força Maior e Caso Fortuito	100
41.	Resolução de Controvérsias	100
42.	Disposições Finais	104

CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA

Aos [●] dias do mês de [●] de 20[●], pelo presente instrumento, de um lado, na qualidade de contratante e **Concedente**:

- (1) O **Estado da Bahia**, por intermédio da **Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia**, doravante denominada “**SEINFRA**”, integrante da Administração Estadual direta, com sede em Salvador, Bahia, no Centro Administrativo da Bahia, 4ª Avenida, nº 440, neste ato representada pelo Secretário Estadual de Infraestrutura, Sr. [●], [qualificação], nomeado pelo Decreto [●], publicado no Diário Oficial do Estado de [data], e

de outro lado, na qualidade de “**Concessionária**”, doravante assim denominada:

- (2) [●], sociedade por ações, com sede em [Município], Estado de [●], na [endereço], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), sob o nº [●], neste ato devidamente representada pelos Srs. [●], [qualificação];

Concedente e Concessionária doravante denominadas, em conjunto, como “**Partes**” e, individualmente, como “**Parte**”.

Na qualidade de intervenientes-anuentes:

- (I) A **Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia**, doravante denominada “**AGERBA**”, pessoa jurídica de direito público, criada em 19 de maio de 1998, pela Lei Estadual n.º 7.314 e regulamentada pelo Decreto n.º 7.426, de 31 de agosto de 1998, com sede em Salvador, Estado da Bahia, no Centro Administrativo da Bahia, 4ª Avenida, nº 435, 1º andar, que assume, neste ato, a função de fiscalizador do presente **Contrato**, representado pelo seu diretor, Sr. [●], [qualificação];
- (II) A **Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBAHIA**, agência de fomento controlada pelo Estado da Bahia, doravante denominada “**DESENBAHIA**”, pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade anônima de capital fechado, conforme autorização da Lei Estadual nº 2.321, de 11 de abril de 1966, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), sob o nº 15.163.587/0001-27, com sede em Salvador, Bahia, na Rua Ivone Silveira, nº 213 – Doron, neste ato representada por meio do

seu Diretor-Presidente, Sr. [●], [qualificação] e do seu Diretor de [●], Sr. [●], [qualificação] e

- (III) O **Fundo Garantidor Baiano de Parcerias (“FGBP”)**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.918.355/0001-20, neste ato representado por sua administradora, a **DESENBHIA**.

CONSIDERANDO QUE

- (A) No período de ____/____/____ a ____/____/____, em atendimento ao art. 10 da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, o **Concedente** submeteu as minutas do **Edital** e do presente **Contrato** à consulta pública, tendo ainda publicado no sítio eletrônico da **SEINFRA** os esclarecimentos aos questionamentos apresentados neste período;
- (B) Em atendimento ao art. 76 da Lei Estadual n.º 9.433 de 01 de março de 2005, o **Concedente** submeteu as minutas do **Edital** e do presente **Contrato**, bem como dos respectivos anexos, a audiência pública, realizada no dia 18 de janeiro de 2018, no Município de Salvador/BA;
- (C) O **Concedente** decidiu delegar à iniciativa privada a operação, manutenção e revitalização, mediante concessão patrocinada, do **Sistema Viário BA-052**, conforme autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;
- (D) Em virtude da decisão mencionada no considerando anterior, o **Concedente**, de acordo com as competências legais que lhe foram atribuídas pela legislação em vigor, realizou a **Concorrência**, cujo objeto foi adjudicado à **Concessionária**, em conformidade com ato da **Comissão de Licitação**, publicado no **DOE-BA** de [●],

resolvem as **Partes** celebrar o presente contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, que será regido de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Disposições Iniciais

1.1. Definições

1.1.1. Para os fins do presente **Contrato**, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as seguintes definições aplicam-se às respectivas expressões:

- (i) **AFILIADA:** Pessoa jurídica relacionada a outra pessoa jurídica como coligada, por controle societário (seja como controlada ou controladora), ou ainda por se sujeitarem ao controle comum de outra pessoa, física ou jurídica.
- (ii) **AGENTE DE PAGAMENTO:** Pessoa designada pelo **Concedente** que realizará os pagamentos à **Concessionária** das **Contraprestações Públicas**, mediante a administração de uma conta bancária na qual serão depositados os respectivos valores.
- (iii) **AGERBA:** Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia, autarquia, em regime especial, vinculada à Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (SEINFRA).
- (iv) **ANEXO:** Cada um dos documentos anexos ao **Contrato**.
- (v) **APORTES DE RECURSOS:** Parcelas públicas correspondentes ao **Aporte de Recursos 1** e ao **Aporte de Recursos 2**, devidas à **Concessionária** pelo **Concedente** referente aos investimentos em obras relacionadas à construção de **Ponte-Travessia**, cuja somatória totaliza R\$ 54.397.590,73 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e noventa reais e setenta e três centavos).
- (vi) **APORTE DE RECURSOS 1:** parcela de R\$ 27.732.105,57 (vinte e sete milhões, setecentos e trinta e dois mil, cento e cinco Reais e cinquenta e sete centavos) vinculada à construção e disponibilidade da Infraestrutura e Mesoestrutura da **Ponte-Travessia**, conforme definidas no Anexo 2, em substituição à **Contraprestação Pública C**, após decisão do **Concedente** neste sentido.
- (vii) **APORTE DE RECURSOS 2:** parcela de R\$ 26.665.485,16 (vinte e seis milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco Reais e dezesseis centavos) vinculada à construção e disponibilidade integral da **Ponte-Travessia**, em substituição à **Contraprestação Pública D**, após decisão do **Concedente** nesse sentido.
- (viii) **AUTORIDADE COMPETENTE:** A autoridade integrante da estrutura orgânica da Administração Pública do Estado da Bahia responsável por apurar

desvios relativos ao cumprimento deste **Contrato** e, se necessário, aplicar as respectivas penalidades nos termos do devido processo legal.

- (ix) **BENS DA CONCESSÃO**: São todos os bens utilizados na prestação dos **Serviços** e execução das **Obras**, independente de terem sido transferidos à **Concessionária** na **Data de Assinatura** ou adquiridos, arrendados ou locados pela **Concessionária** ao longo do **Prazo da Concessão**, observados os termos e condições do **Contrato**.
- (x) **BENS REVERSÍVEIS**: São os **Bens da Concessão** necessários à continuidade dos serviços relacionados à **Concessão**, arrolados no Anexo 8, que serão revertidos ao **Concedente** ao término do **Contrato**, conforme determinado no Anexo 8 e a critério do **Concedente**.
- (xi) **B3/BM E FBOVESPA**: B3 S.A - Brasil, Bolsa e Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro nº 275 responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização do certame.
- (xii) **COMISSÃO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**: Comissão a ser constituída, por evento, pelas **Partes**, para solucionar eventuais divergências ou conflitos de interesses, de natureza técnica ou econômico-financeira, que poderá ser instituída durante todo o **Prazo da Concessão**.
- (xiii) **COMISSÃO DE GESTÃO DO CONTRATO**: Comissão, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, constituída pelo **Concedente**, com a finalidade de acompanhar a execução do **Contrato**.
- (xiv) **CONCEDENTE**: O Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), cujas atribuições estão delineadas neste **Contrato**.
- (xv) **CONCESSÃO**: Delegação, por meio de concessão patrocinada dos **Serviços e Obras**, para operação, manutenção e revitalização do **Sistema Viário BA-052**, conforme instituída e disciplinada nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004.
- (xvi) **CONCESSIONÁRIA**: Sociedade de propósito específico, constituída pela vencedora da **Concorrência**, contratada pelo **Concedente** para executar a **Concessão**.

- (xvii) **CONCORRÊNCIA:** Procedimento público conduzido pelo **Concedente** para selecionar, dentre as propostas apresentadas, a mais vantajosa, com base nos critérios previstos no **Edital**.
- (xviii) **CONSELHO GESTOR DE PPP:** é o Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado da Bahia – CGP, criado nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004.
- (xix) **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA:** Valor máximo de remuneração a ser pago anualmente pelo **Concedente** à **Concessionária**, consistente no somatório dos valores da **Contraprestação Pública A**, **Contraprestação Pública B**, **Contraprestação Pública C** (se houver) e **Contraprestação Pública D** (se houver), na forma do **Contrato** e seus Anexos.
- (xx) **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA:** Valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor da Contraprestação Pública Anual Máxima, a ser pago mensalmente pelo **Concedente** à **Concessionária**, na forma do **Contrato** e seus Anexos.
- (xxi) **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA:** Valor efetivo que será pago mensalmente à **Concessionária**, de acordo com a fórmula de cálculo prevista na Cláusula 17 e no Anexo 3.
- (xxii) **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA A:** valor mensal devido à **Concessionária** a partir do 3º (terceiro) ano da Concessão, contado a partir da **Data de Assinatura**, em função da operação e manutenção dos trechos rodoviários BA-052 e BA-160, composta de parcela fixa e de parcela variável, sobre a qual incidirá os **Índices de Desempenho**, de acordo com fórmula de cálculo prevista no Anexo 3.
- (xxiii) **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA B:** valor mensal devido à **Concessionária** a partir da efetiva construção e disponibilidade da **Ponte-Travessia**, em função dos serviços de operação e manutenção da **Ponte-Travessia**, composta de parcela fixa e de parcela variável, sobre a qual incidirá os **Índices de Desempenho**, de acordo com fórmula de cálculo prevista no Anexo 3.
- (xxiv) **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA C:** valor mensal reconhecido como devido à Concessionária em função da construção da infraestrutura e mesoestrutura da **Ponte-Travessia**, conforme definidas no Anexo 2 deste

Contrato, composta exclusivamente por parcela fixa, sobre a qual não incidirá **Índices de Desempenho**, de acordo com fórmula prevista no Anexo 3, a ser pago quando da disponibilidade efetiva e integral da **Ponte-Travessia**, com fruição pelos **Usuários**.

(xxv) **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA D:** valor mensal devido à Concessionária a partir da efetiva construção e disponibilidade integral da **Ponte-Travessia**, com fruição pelos **Usuários**, composta exclusivamente por parcela fixa, sobre a qual não incidirá **Índices de Desempenho**, de acordo com fórmula prevista no Anexo 3.

(xxvi) **CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS:** Corresponde à referência conjunta às contraprestações pecuniárias devidas pelo **Concedente** à **Concessionária** na forma do **Contrato** e seus **Anexos**, isto é, **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**, **Contraprestação Pública A**, **Contraprestação Pública B**, **Contraprestação Pública C** e **Contraprestação Pública D**, conforme definidas neste **Contrato**.

(xxvii) **CONTRATO:** Presente contrato de **Concessão** celebrado entre **Concedente** e a **Concessionária**, que será regido pelas leis do Estado da Bahia e da República Federativa do Brasil.

(xxviii) **CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE DE PAGAMENTO:** Contrato que estabelece o mecanismo de pagamento das **Contraprestações Públicas** à **Concessionária**, na forma da Lei Estadual nº 11.477, de 01 de julho de 2009 e suas alterações, bem como outros pagamentos eventualmente devidos à **Concessionária**, celebrado entre o **Agente de Pagamento**, o **Concedente**, a **DESENBAHIA** e o Banco do Brasil S.A., com a adesão da **Concessionária**.

(xxix) **CONTROLADA:** Pessoa jurídica ou fundo de investimento na qual a **Controladora**, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores, nos termos do §2º do art. 243 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

(xxx) **CONTROLADORA:** Pessoa ou fundo de investimento, que exerce o poder, ainda que parcial, de influir sobre a administração, os negócios, as operações, as atividades, os investimentos ou as diretrizes de outra pessoa, seja direta ou indiretamente, por intermédio de qualquer participação societária, por contrato ou por qualquer outra forma.

- (xxxix) **CONTROLE:** O poder, detido por pessoa ou grupos de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, de, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente: (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa jurídica, e (ii) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar, conforme o artigo 116, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
- (xxxix) **CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO:** Documento a ser apresentado pela **Concessionária** e aprovado pelo **Concedente** que detalha os marcos temporais da **Concessão**, notadamente os prazos de início e término de cada etapa das **Obras e Serviços** no **Sistema Viário BA-052** e da **Ponte-Travessia**, a serem observados pela **Concessionária** e pelo **Concedente**.
- (xxxix) **DATA DE ASSINATURA:** A data em que o **Contrato** será assinado entre o **Concedente** e a **Concessionária**, a partir da qual todas as suas cláusulas tornar-se-ão plenamente vigentes em relação às **Partes** e terá início o **Prazo da Concessão**.
- (xxxix) **DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA:** Decreto editado pelo Governador do Estado da Bahia, declarando a utilidade pública das áreas necessárias para a implantação do objeto da presente **Concessão**, para fins de desapropriação ou servidão administrativa.
- (xxxix) **DESENBANHIA:** Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., instituída pela Lei Estadual nº 7.133, de 21 de julho de 1997.
- (xxxix) **DOE:** Diário Oficial do Estado da Bahia.
- (xxxix) **EDITAL:** O **Edital de Concorrência** nº [●]/20[●] e todos os seus Anexos.
- (xxxix) **FPE:** O Fundo de Participação dos Estados, instrumento contábil utilizado para as transferências constitucionais obrigatórias
- (xxxix) **FLUXO DE CAIXA MARGINAL:** A projeção da variação no desempenho da conta caixa da **Concessionária**, medindo a influência de alterações das atividades de operações, investimentos e financiamentos

decorrentes de um determinado evento sobre o comportamento do caixa da **Concessionária**, nas hipóteses expressamente estabelecidas no **Contrato**.

- (xl) **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** A garantia do fiel cumprimento das obrigações do **Contrato**, a ser mantida pela **Concessionária** em favor do **Concedente**, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula 27.
- (xli) **GARANTIA PÚBLICA:** A(s) garantia(s) outorgada(s) pelo **Concedente** à **Concessionária** para assegurar o cumprimento de suas obrigações decorrentes do **Contrato**, nos termos da Cláusula 28.
- (xlii) **ÍNDICE DE DESEMPENHO:** A nota obtida segundo o conjunto de parâmetros medidores da qualidade e disponibilidade dos **Serviços** prestados, que contribuirão para determinar o valor da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**, na forma do Anexo 3.
- (xliii) **INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE PRIMEIRA LINHA:** bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à **Concessionária** ou representem partes credoras em uma operação de financiamento à **Concessionária** classificado entre os 50 maiores, pelo critério de ativo total menos intermediação, conforme relatório emitido trimestralmente pelo Banco Central do Brasil.
- (xliv) **IPCA/IBGE:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro que venha a substituí-lo na hipótese de sua extinção.
- (xlv) **NÍVEL DE SERVIÇO:** descrição das condições de funcionamento de uma determinada infraestrutura rodoviária, com base no método preconizado no HCM (*Highway Capacity Manual*, 2010).
- (xlvi) **OBRAS:** Atividades relacionadas aos procedimentos de manutenção e revitalização do Sistema Viário da BA-052, e construção de **Ponte-Travessia** sobre o Rio São Francisco entre os Municípios baianos de Xique-Xique e Barra, incluindo a elaboração dos projetos de engenharia correlatos, conforme descrito no Anexo 2 da Minuta do Contrato.
- (xlvii) **PADRÕES DE DESEMPENHO DO IFC:** diretrizes para orientar a identificação, mitigação e gerenciamento de riscos e impactos relacionados a determinado projeto com o propósito de viabilizá-lo de maneira sustentável.

- (xlvi) **PARTES: O Concedente e a Concessionária.**
- (xlix) **PARTES RELACIONADAS:** Com relação à Concessionária, qualquer pessoa **Controladora, Controlada ou Coligada.**
- (l) **PER:** Programa de Exploração Rodoviária constante do Anexo 2, que abrange todas as condições, metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, especificações mínimas e cronogramas de execução que determinam as obrigações da **Concessionária.**
- (li) **PONTE-TRAVERSSIA:** Ponte-travessia sobre o Rio São Francisco entre os Municípios de Xique-Xique e Barra.
- (lii) **PRAZO DA CONCESSÃO:** O prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir da **Data de Assinatura.**
- (liii) **PROPOSTA ECONÔMICA:** Valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima** ofertada pela **Concessionária** na **Concorrência.**
- (liv) **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS:** Quaisquer receitas complementares, alternativas ou acessórias à **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**, bem como as provenientes de projetos associados à **Concessão.**
- (lv) **REVISÃO ORDINÁRIA:** Revisão do **Contrato**, a ser realizada no 7º (sétimo) e 14º (décimo quarto) ano da **Concessão**, a partir da **Data de Assinatura**, com o escopo de adaptar os **Índices de Desempenho**, plano de investimentos, plano de seguros, garantias e quaisquer condições da **CONCESSÃO** às modificações que tenham sido percebidas neste período, a fim de recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na Cláusula 21 deste **Contrato.**
- (lvi) **SERVIÇOS:** Serviços de operação, manutenção e revitalização a serem realizados pela **Concessionária** no **Sistema Viário BA-052**, nos termos descritos no Anexo 2.
- (lvii) **SISTEMA VIÁRIO BA-052:** É o empreendimento objeto das **Obras** e dos **Serviços** outorgados à **Concessionária**, compreendido pelos seguintes trechos rodoviários:
- Rodovia BA-052 (461,1 km), com início no entroncamento com a BR-116 e fim no entroncamento com a BA-160, no km 316 desta, dentro da área

urbana do Município de Xique-Xique.

- Rodovia BA-160 (85,5 km), com início no entroncamento com a BA-052 e fim no trecho 9.000/BA-160 do Sistema Estadual Rodoviário da Bahia, apêndice de ligação com a BA-161, até a margem do Rio São Francisco.
- Ponte-travessia sobre o Rio São Francisco que interligará os Municípios de Xique-Xique e Barra (1,04 km), ambos localizados no Estado da Bahia.

(lviii) **TARIFA DE PEDÁGIO:** O valor a ser cobrado dos **Usuários** dos **Serviços**, de acordo com a estrutura tarifária prevista na Cláusula 16, o qual integra parcela da remuneração da **Concessionária** e poderá ser cobrado no trecho da **Ponte-Travessia** e eventuais novas Praças, que possam existir, a pedido da **Concessionária** e validada pelo **Concedente**, incorporado o reajuste previsto na Cláusula 19 e eventuais revisões extraordinárias, nos termos da Cláusula 22.

(lix) **USUÁRIOS:** Pessoas físicas ou jurídicas que façam uso direto do **Sistema Viário BA-052**.

(lx) **VEÍCULOS EQUIVALENTES:** Fluxo de tráfego obtido pela ponderação do fluxo de cada categoria veicular pelos respectivos multiplicadores tarifários, em função dos números de eixos, constantes no Anexo 2

(lxi) **VÍCIO OCULTO:** defeito material no bem da concessão que não poderia ter sido descoberto em condições normais através de ensaios ou inspeções técnicas realizadas com metodologia reconhecida. .

1.2. Interpretação

1.2.1. Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

- (i) As definições do **Contrato** serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural;
- (ii) Referências ao **Contrato** ou a qualquer outro documento devem incluir eventuais alterações e aditivos que venham a ser celebrados entre as Partes;
- (iii) Os títulos dos capítulos e das cláusulas do **Contrato** e dos Anexos não devem ser usados na sua aplicação ou interpretação.

- (iv) No caso de divergência entre o **Contrato** e os Anexos, prevalecerá o disposto no **Contrato**.
- (v) No caso de divergência entre os Anexos, prevalecerão aqueles emitidos pelo **Concedente**; e
- (vi) No caso de divergência entre os Anexos emitidos pelo **Concedente**, prevalecerá aquele de data mais recente.

1.3. Anexos

1.3.1 Integram o **Contrato**, para todos os efeitos legais e contratuais, os Anexos e respectivos Apêndices relacionados nesta cláusula:

- (i) **Anexo 1:** Termo de Arrolamento e Transferência de Bens;
- (ii) **Anexo 2:** Programa de Exploração Rodoviária (PER);
- (iii) **Anexo 3:** Cálculo das Contraprestações Públicas e Índices de Desempenho;
- (iv) **Anexo 4:** Modelo de Fiança Bancária;
- (v) **Anexo 5:** Modelo de Seguro-Garantia;
- (vi) **Anexo 6:** Composição societária e atos constitutivos da Concessionária;
- (vii) **Anexo 7:** Garantia Pública: Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas e Termo de Adesão;
- (viii) **Anexo 8:** Lista de Bens Reversíveis;
- (ix) **Anexo 9:** Diretrizes Ambientais aplicáveis à **Concessão**
- (x) **Anexo 10:** Cronograma de Pagamento das Contraprestações Públicas

CAPÍTULO II – DA CONCESSÃO PATROCINADA

2. Objeto do Contrato

2.1 O objeto deste **Contrato** é a delegação, por meio de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, das **Obras** e dos **Serviços** necessários para a operação, manutenção e revitalização do **Sistema Viário BA-052**.

2.2 A **Concessionária** é integralmente responsável pela aquisição e disponibilização de todo e qualquer insumo, bem, equipamento ou material necessários à consecução das obrigações referidas na subcláusula acima.

3. Prazo da Concessão

3.1 O **Prazo da Concessão** será de 20 (vinte) anos contados a partir da **Data de Assinatura**.

3.2 A partir da **Data de Assinatura** até a extinção da **Concessão**, será de responsabilidade exclusiva da **Concessionária** a prestação de **Serviços** adequados, mediante a execução das obras que sejam necessárias à operação da **Concessão** e outras atividades especificadas neste **Contrato**.

3.3 O contrato poderá ser extinto antecipadamente quando da eventual verificação, no 18º (décimo oitavo) mês contado da **Data de Assinatura**, da inviabilidade da contratação do(s) financiamento(s) de longo-prazo pela **Concessionária** em razão de motivada não-aceitação da **Garantia Pública** prevista neste **Contrato** por parte das **Instituições Financeiras de Primeira Linha**, nos casos em que seja(m) essencial(is) para a continuidade da **Concessão**.

3.3.1 A hipótese prevista nesta subcláusula 3.3 não será aplicada caso a **Concessionária** demonstre que a sua estrutura financeira prescinde da obtenção de financiamento(s) de longo prazo.

3.3.2 A justificativa de não-aceitação da **Garantia Pública** que motive a extinção antecipada da **Concessão** deverá ser fundamentada após consulta a, no mínimo, 5 (cinco) **Instituições Financeiras de Primeira Linha**.

3.3.3 Caso a **Concessionária** deseje realizar o(s) financiamento(s) de longo-prazo com outras modalidades de garantia, excetuando-se a **Garantia Pública**, ou por meio de outra estrutura financeira, poderá fazê-lo, sem que essa cláusula tenha efeitos, devendo, para tanto, apresentar justificativa prévia ao **Concedente**.

- 3.3.4** O prazo para verificação acerca da contratação do(s) financiamento(s) de longo-prazo poderá ser revisto, em comum acordo entre as **Partes**, por meio de termo aditivo a ser celebrado entre as **Partes**.
- 3.3.5** A necessidade de contratação do(s) financiamento(s) de longo prazo não exime a **Concessionária** de cumprir com as suas obrigações contratuais, notadamente aquelas relacionadas à prestação dos **Serviços** e execução das **Obras**, nos termos do **PER**.
- 3.3.6** Na hipótese de extinção antecipada prevista nesta Cláusula, a **Concessionária** terá direito ao ressarcimento dos custos comprovadamente incorridos, nos mesmos termos dos casos de caducidade, conforme Cláusula 37 do **Contrato**.
- 3.3.7** Caso seja identificado algum prejuízo ao **Concedente** decorrente da extinção antecipada prevista nesta Cláusula, o valor de tais prejuízos, devidamente apurado e comprovado pelo **Concedente**, será subtraído do valor relativo ao ressarcimento devido à **Concessionária**, previsto na subcláusula 3.3.5 acima.
- 3.3.8** Na hipótese dos prejuízos identificados ao **Concedente** serem superiores ao valor de ressarcimento à **Concessionária**, conforme Subcláusulas 3.3.5 e 3.3.6 acima, fica assegurado ao **Concedente** o direito de executar a **Garantia de Execução**, prevista na Cláusula 27 deste **Contrato**, até o limite necessário à quitação de tais prejuízos, observado o direito da **Concessionária** de se manifestar previamente à execução da **Garantia de Execução**.
- 3.4** Ressalvado o disposto na subcláusula 25.9.2 e observado o disposto no artigo art. 4º da Lei Estadual nº 9.290 de 27 de dezembro de 2004, o **Prazo da Concessão** poderá ser prorrogado uma ou mais vezes até o limite de 35 (trinta e cinco) anos, mediante ato justificado do **Concedente**, lastreado no interesse público.
- 3.4.1** A **Concessionária** deverá manifestar seu interesse na prorrogação da vigência contratual em até 18 (dezoito) meses do encerramento da **Concessão**.
- 3.4.2** A manifestação de interesse prevista na subcláusula anterior deverá ser acompanhada de estudos técnicos que demonstrem o custo-benefício da prorrogação e a viabilidade econômico-financeira de sua realização.
- 3.4.3** O **Concedente** envidará seus melhores esforços para decidir a respeito da prorrogação no prazo máximo de 6 (seis) meses, a contar da entrega dos estudos técnicos previstos na subcláusula 3.4.1.

3.4.4 As **Partes** poderão rever as condições de execução do **Contrato** com o objetivo de adequá-las às exigências legais, bem como as necessidades técnicas e sócio-econômicas existentes por ocasião da prorrogação.

4. Bens da Concessão

4.1 São bens que integram a **Concessão** aqueles que:

- (i) pertençam ao **Concedente** e sejam cedidos para uso da **Concessionária**;
- (ii) pertençam à **Concessionária** ou sejam por esta adquiridos, construídos ou utilizados com o objetivo de executar o presente **Contrato**; e
- (iii) pertençam ao **Concedente** e sejam abrigados sob mera guarda da **Concessionária**.

4.2 Assunção do Sistema Viário BA-052

4.2.1 A **Concessionária** declara que tem pleno conhecimento da natureza e das condições dos **Bens da Concessão** que lhe serão transferidos pelo **Concedente** na **Data da Assinatura** para com os quais assume a responsabilidade de guarda, manutenção e vigilância durante todo o **Prazo da Concessão**.

4.3 Restrições à Alienação

4.3.1 A alienação ou transferência de posse dos **Bens da Concessão** somente será permitida quando não comprometer a continuidade dos serviços prestados e desde que a **Concessionária** proceda à sua imediata substituição por outros com condições de operação e funcionamento idênticas ou superiores às dos substituídos.

4.3.2 Nos dois últimos anos do **Prazo de Concessão** fica vedada a alienação dos **Bens Reversíveis** sem a prévia e expressa autorização do **Concedente**.

4.4 Amortização dos Bens da Concessão

4.4.1 O valor de todos os **Bens da Concessão** ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados ou amortizados pela **Concessionária** no **Prazo da Concessão**, de acordo com os termos da legislação vigente.

4.5 Regime de bens no advento do termo contratual

4.5.1 O **Concedente** realizará, em até 2 (dois) anos antes da data prevista para o advento do termo contratual, fiscalização detalhada para avaliar as condições do **Bens Reversíveis**, inclusive em relação ao cumprimento dos **Índices de Desempenho** definidos no Anexo 3.

4.5.2 O **Concedente** realizará, em até 2 (dois) anos antes do advento do termo contratual, fiscalização detalhada para avaliar a condição do pavimento de cada um dos trechos do **Sistema Viário BA-052**, a fim de determinar se os **Índices de Desempenho** indicados na Seção [●] do **PER** estão sendo mantidos, sob pena de aplicação de penalidades à **Concessionária** em caso de descumprimento, na forma deste **Contrato**.

CAPÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

5. Autorizações Governamentais

5.1 Nos termos da Carta INEMA CT. ATEND Nº 00122/2015, datada de 16 de setembro de 2015, as **Obras** desta Concessão referentes às atividades de recuperação de trechos rodoviários são isentas de licenciamento ambiental.

5.1.1 A isenção do licenciamento ambiental prevista na subcláusula 5.1 não exime a **Concessionária** do cumprimento de normas e padrões ambientais e da fiscalização exercida pelos órgãos competentes, nem da obtenção de licenças e autorizações ambientais das áreas de ocorrências tais como jazidas, canteiros de obras, usinas, captação de água, pedreiras, dentre outras atividades relacionadas às **Obras** que não estejam abrangidas pela carta referida no item 5.1 acima.

5.2 A Concessionária deverá:

5.2.1 Quando exigido pelos órgãos ambientais, obter todas as licenças, permissões e autorizações necessárias às **Obras** de caráter obrigatório constantes do **PER**, em especial para as estruturas auxiliares ou de apoio para execução da **Ponte-Travessia**.

5.2.1.1 Especificamente quanto às **Obras** de caráter obrigatório constantes do **PER**, a **Concessionária** deverá requerer o licenciamento ambiental com, no mínimo, 6 (seis) meses de

antecedência do início do prazo de cumprimento das **Obras**, sem o que será a única responsável pelo atraso na emissão das licenças ambientais pertinentes.

5.2.1.2 Caso a **Concessionária** contrate ou subcontrate serviços que incluam a elaboração de estudos ambientais inerentes ao processo de licenciamento e execução de atividades socioambientais associadas às obras de caráter obrigatório constantes do **PER** a mesma deverá gerenciar as atividades contratadas de forma a garantir que todas as providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, para a obtenção das licenças, permissões e autorizações necessárias sejam cumpridas.

5.2.2 Cumprir com todas as providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, para a obtenção das licenças, permissões e autorizações necessárias ao pleno exercício das atividades objeto da Concessão, arcando com as despesas e custos correspondentes.

5.3 A demora na obtenção de licenças ambientais não acarretará responsabilização da **Concessionária**, desde que esta tenha cumprido as exigências pertinentes que lhe cabem no procedimento de obtenção de licenças, em especial quanto ao protocolo do requerimento, que deve estar completo e acompanhado de todos os documentos necessários ao seu processamento, de modo que o fato que der causa ao atraso não pode ser-lhe imputado.

6. Desapropriações, Imposições Administrativas, Desocupações de Faixa de Domínio e Reassentamento

6.1 Desapropriações e Imposições Administrativas

6.1.1 A **Concessionária** deverá efetuar as desapropriações, instituir as servidões administrativas, promover ocupação provisória ou requisição temporária de bens imóveis necessários à realização dos **Serviços e Obras** objeto desta **Concessão**, às suas expensas e sob sua responsabilidade, com obediência às disposições da legislação aplicável.

6.1.2 O **Concedente** deverá providenciar a **Declaração de Utilidade Pública** para que a **Concessionária** conduza as desapropriações das áreas necessárias à exploração dos **Serviços** e a realização das **Obras** e realização dos investimentos integrantes do objeto da **Concessão**.

6.1.3 É obrigação da **Concessionária** a realização dos investimentos, pagamentos, custos e despesas decorrentes da execução dos atos referidos nos itens anteriores, seja por via consensual ou por intermédio de ações judiciais.

6.1.4 A **Concessionária** deverá envidar esforços para com os proprietários ou possuidores, objetivando promover, de forma amigável, a liberação das áreas destinadas à execução das **Obras e Serviços**, minimizando na medida do possível a necessidade de aquisição compulsória via desapropriação.

6.1.5 O pagamento, pela **Concessionária**, ao terceiro removido, desapropriado ou cuja propriedade foi gravada por servidão ou limitação administrativa ou, ainda, provisoriamente ocupada para os fins previstos no presente **Contrato**, quando realizado pela via privada, isto é, por acordo entre a **Concessionária** e o terceiro indicado, fica sujeito à prévia aprovação e homologação do seu valor pelo **Concedente**, com a apresentação, pela **Concessionária**, de laudo de avaliação subscrito por perito especializado contratado especificamente para essa finalidade, observados os parâmetros de avaliação da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

6.1.6 Eventuais atrasos nas providências de desapropriações e servidões a cargo do **Concedente** não acarretará a responsabilização da **Concessionária** e poderá ensejar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, nos termos da Cláusula 25.

6.1.7 Para os fins desta subcláusula, a **Concessionária** não será responsável por eventuais prejuízos ou descumprimento de cláusulas contratuais ocasionados pelo atraso do **Concedente** nas providências para declaração de utilidade pública, bem assim naqueles atos que demandem o exercício do poder de polícia, exclusivo da Administração Pública.

6.1.8 A **Concessionária** deverá manter, ao longo da vigência da **Concessão**, a integridade das áreas desocupadas, inclusive adotando as providências necessárias à sua desocupação se e quando invadida por terceiros, com o auxílio da polícia e do Poder Judiciário, quando e se for o caso.

6.2 Desocupações da faixa de domínio

6.2.1 A **Concessionária** deverá manter, ao longo do **Prazo da Concessão**, a integridade da faixa de domínio do **Sistema Viário BA-052**, inclusive adotando as providências necessárias à sua desocupação se e quando invadida por terceiros, com o auxílio da polícia e do Poder Judiciário, quando e se for o caso.

6.2.2 A **Concessionária** não é responsável por remover ocupações já existentes à época da **Data de Assinatura**, exceto nas localidades e segmentos do **Sistema Viário BA-052** em que tal desocupação seja necessária para viabilizar a execução de **Obras** e **Serviços**, observados os parâmetros de segurança viária definidos na legislação.

6.2.3 Para cumprimento das obrigações previstas nas cláusulas 6.2.1 e 6.2.2 acima, caberá à **Concessionária** apresentar ao **Concedente** a delimitação da faixa de domínio do **Sistema Viário BA-052**, respeitando os limites estabelecidos no Decreto Estadual nº 12.312/2010, por meio da indicação das áreas que deverão ser efetivamente desapropriadas e regularizadas para garantir a execução das **Obras** e prestação dos **Serviços** em conformidade com os requisitos operacionais e de segurança previstos na legislação e nos **Anexos** deste **Contrato**.

6.2.4 A delimitação da faixa de domínio proposta pela **Concessionária** deverá ser validada pela **AGERBA** para verificação de sua conformidade com os requisitos operacionais e de segurança previstos na legislação, bem como para apuração da real necessidade das intervenções nos trechos sugeridos.

6.2.5 A metragem da faixa de domínio poderá sofrer variações ao longo do **Sistema Viário BA-052**, a fim de abarcar apenas as áreas efetivamente necessárias à execução das **Obras** e prestação dos **Serviços**.

6.2.6 A **Concessionária** deverá arcar com todos os custos e despesas relacionados à execução do plano de desocupação da faixa de domínio nos trechos em que notadamente haverá a execução de **Obras** e a prestação de **Serviços**, sem que lhe caiba qualquer indenização ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em razão de tais dispêndios.

6.3 Reassentamento

6.3.1 A **Concessionária** deverá efetuar o reassentamento de famílias e moradores de locais contíguos ao **Sistema Viário BA-052**, cujo espaço seja necessário à realização dos **Serviços** e **Obras** objeto desta **Concessão**, às suas expensas e com o apoio de força policial, se necessário, com obediência às disposições da legislação aplicável.

6.3.2 A **Concessionária** deverá submeter à aprovação prévia do **Concedente** os seus planos de reassentamento, contendo as ações necessárias para o

cumprimento das metas e objetivos da **Concessão**.

6.3.3 Após a implantação de cada plano de reassentamento, a **Concessionária** deverá encaminhar ao **Concedente** relatório que comprove sua correta execução.

6.3.4 Eventuais atrasos nas providências a cargo do **Concedente**, relacionadas aos reassentamentos, não acarretarão a responsabilização da **Concessionária** e poderão ensejar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, nos termos da Cláusula 25.

6.3.5 Para os fins desta subcláusula, a **Concessionária** não será responsável por eventuais prejuízos ou descumprimento de cláusulas contratuais ocasionados pelo atraso do **Concedente** nas providências acessórias aos reassentamentos, bem assim naqueles atos que demandem o exercício do poder de polícia, exclusivo da Administração Pública.

6.4 Custos com Desapropriações, Imposições Administrativas, Desocupações da Faixa de Domínio e Reassentamentos

6.4.1 A **Concessionária** assumirá a obrigação de pagamento das despesas relativas às desapropriações amigáveis ou judiciais, imposições administrativas, desocupações na faixa de domínio e reassentamentos necessários à execução do objeto do **Contrato** até o limite global de R\$ 1.375.306,00 (um milhão, trezentos e setenta e cinco mil, trezentos e seis reais).

6.4.1.1 O valor indicado nesta subcláusula será corrigido monetariamente por meio da variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA/IBGE, tendo como data base o mês de fevereiro de 2018.

6.4.2 Após o encerramento das desapropriações amigáveis ou judiciais, imposições administrativas, desocupações na faixa de domínio e reassentamentos necessários à execução do objeto do **Contrato**, proceder-se-á de acordo com o disposto abaixo:

6.4.2.1 Verificado, após concluídas todas as intervenções necessárias que os custos não atingiram 90% (noventa por cento), inclusive, do valor indicado na Cláusula 6.4.1, será promovido o reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** em favor do

Concedente proporcionalmente ao percentual que esteja abaixo dos 90% (noventa por cento), por meio da neutralização de **Fluxo de Caixa Marginal**, conforme disposto na cláusula 25.8 deste **Contrato**.

6.4.2.2 Verificada a variação do custo entre 90% (noventa por cento), exclusive, e 110% (cento e dez por cento), inclusive, do limite global referido na Cláusula 6.4.1, não será objeto nem de ressarcimento nem de reequilíbrio econômico-financeiro entre as **Partes**.

6.4.2.3 Verificado custo adicional entre 110% (cento e dez por cento), exclusive, e 120% (cento e vinte por cento), inclusive, do limite global referido na Cláusula 6.4.1, ensejará ressarcimento à **Concessionária** de 50% (cinquenta por cento) do valor excedente entre 110% (cento e dez por cento), exclusive, e 120% (cento e vinte por cento), inclusive, por meio da neutralização do **Fluxo de Caixa Marginal**, conforme disposto na cláusula 25.8 deste **Contrato**, observado o disposto na subcláusula 6.4.2.4 abaixo.

6.4.2.4 Verificado custo adicional que esteja acima de 120% (cento e vinte por cento), exclusive, do limite global referido na Cláusula 6.4.1, ensejará a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** proporcionalmente ao percentual excedente que esteja acima dos 120 (cento e vinte por cento), cumulativamente à recomposição prevista na subcláusula 6.4.2.3, com cálculos a serem realizados de forma apartada para cada uma das recomposições contratuais, sendo que para ambos os casos proceder-se-á por meio da neutralização de **Fluxo de Caixa Marginal**, conforme disposto na cláusula 25.8 deste **Contrato**.

6.4.3 Eventuais valores a serem ressarcidos à Concessionária, conforme disposto nas subcláusulas 6.4.2.3 e 6.4.2.4, serão pagos em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, a serem adimplidas juntamente com as **Contraprestações Públicas Mensais Efetivas** subsequentes, vencendo-se a primeira parcela até o 30º (trigésimo) dia útil contado a partir do término do período de apuração dos valores dispendidos.

7. Financiamento

7.1 A **Concessionária** é a única e exclusiva responsável pela obtenção dos financiamentos necessários à operação da **Concessão**, de modo a cumprir, cabal e tempestivamente, com todas as obrigações assumidas no **Contrato**.

7.2 A **Concessionária** deverá apresentar ao **Concedente** cópia autenticada dos contratos de financiamento e de garantia que venha a celebrar, bem como de documentos representativos dos títulos e valores mobiliários que venha a emitir, e quaisquer alterações a esses instrumentos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua assinatura e emissão, conforme o caso.

7.3 Quando da contratação de financiamento, da emissão de títulos de dívida ou da realização de operação de dívida de qualquer outra natureza (inclusive, mas não se limitando, à emissão de debêntures ou *bonds*, estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-FIDC, etc.), a **Concessionária** deverá prever expressamente e garantir a efetividade, por meio contratual, da obrigação do financiador ou do estruturador da operação de comunicar imediatamente ao **Concedente** o descumprimento de qualquer obrigação contratual (*covenant*) estabelecida entre o financiador/estruturador e a **Concessionária**, que possa ocasionar a execução de garantias ou a intervenção nos contratos de financiamento.

7.4 Competirá ao **Concedente** informar aos financiadores e estruturadores das operações referidas na subcláusula anterior, concomitantemente à comunicação para a própria **Concessionária**, sobre quaisquer eventuais descumprimentos do **Contrato** pela **Concessionária**.

7.4.1 Para atendimento desta subcláusula, a **Concessionária** deverá fornecer ao **Concedente** os contatos de todos os financiadores e estruturadores de operações com quem tenha contratado operações de financiamento.

7.4.2 Serão passíveis de comunicação, nos termos desta subcláusula 7.4, apenas aquelas infrações que possam acarretar a declaração de caducidade do **Contrato**.

7.5 A **Concessionária** não poderá invocar qualquer disposição, cláusula ou condição dos contratos de financiamento, ou qualquer atraso no desembolso dos recursos, para eximir-se, total ou parcialmente, das obrigações assumidas no **Contrato**.

7.6 A **Concessionária** poderá dar em garantia dos financiamentos contratados nos termos desta cláusula os direitos emergentes da **Concessão**, tais como as receitas da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**, eventuais receitas acessórias ou alternativas e as receitas decorrente do pagamento de **Tarifa de Pedágio** pelos **Usuários**, desde que não

comprometa a operacionalização e a continuidade da execução dos investimentos e dos serviços objeto da **Concessão**.

7.6.1 Nos casos em que a contratação de financiamento, a emissão de títulos de dívida ou a realização de operação de dívida de qualquer outra natureza tiverem por objetivo o custeio de bens reversíveis, a **Concessionária** poderá dar em garantia, além das receitas mencionadas na cláusula 7.6, os recursos transferidos pelo **Concedente** a título de **Aporte de Recursos**.

7.7 A **Concessionária** poderá empenhar, ceder ou de qualquer outra forma transferir diretamente ao financiador, conforme os limites e os requisitos legais, os direitos à percepção (i) das **Tarifas de Pedágio**; (ii) da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**; (iii) das **Receitas Extraordinárias** e (iv) das indenizações devidas à **Concessionária** em virtude do **Contrato**.

7.7.1 Nos casos em que a contratação de financiamento, a emissão de títulos de dívida ou a realização de operação de dívida de qualquer outra natureza tiverem por objetivo o custeio de **Bens Reversíveis**, a **Concessionária** poderá empenhar, ceder ou de qualquer outra forma transferir diretamente ao financiador, conforme os limites e os requisitos legais, além das receitas mencionadas na cláusula 7.7, os recursos transferidos pelo **Concedente** a título de **Aporte de Recursos**.

7.8 É vedado à **Concessionária**:

- (i) conceder empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para seus acionistas e/ou **Partes Relacionadas**, exceto transferências de recursos a título de distribuição de dividendos, redução do capital, pagamentos de juros sobre capital próprio e/ou pagamentos pela contratação de serviços celebrada em condições equitativas de mercado; e
- (ii) prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas Partes Relacionadas e/ou terceiros.

7.8.1 Caberá à **Concessionária** apresentar comprovação ao **Concedente** e financiadores, concomitantemente à contratação com Partes Relacionadas, de que tal contratação ocorreu em condições equitativas de mercado.

7.8.2 A AGERBA validará a comprovação das condições equitativas de mercado realizada pela **Concessionária**.

8. Serviços e Obras

8.1 Diretrizes Gerais de Execução dos Serviços e das Obras durante o Prazo da Concessão

8.1.1 É obrigação da **Concessionária** a execução das **Obras** e dos **Serviços** necessários à execução do **Contrato**, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco, com integral atendimento aos **Índices de Desempenho** e demais exigências estabelecidas no **Contrato** e em seus Anexos.

8.1.1.1 A **Concessionária** deverá realizar todas as demais obras e intervenções necessárias, ainda que não classificadas como obrigatórias, quando necessárias ao cumprimento dos **Índices de Desempenho**.

8.1.1.2 Eventual antecipação da disponibilidade da **Ponte-Travessia** por parte da **Concessionária**, em cronograma diverso daquele previsto no Anexo 2 deste **Contrato**, dependerá de prévia autorização por escrito do **Concedente**, nos termos da Cláusula 21.5.6.

8.1.2 A **Concessionária** deverá também implantar, em prazo máximo de 1 (um) ano contado da **Data de Assinatura**, um sistema de gestão de qualidade para todas as obras e serviços necessários ao cumprimento do objeto do **Contrato**, com base na Norma NB-9004, da ABNT, equivalente à Norma ISO 9004 da “*International Standards Organization*” e suas atualizações.

8.1.2.1 O sistema de gestão de qualidade a ser implantado pela **Concessionária** será permanentemente acompanhado pela **AGERBA** e deverá contemplar o “Manual e Qualidade” especificado na Norma NB-9004, incluindo medidas que assegurem um processo contínuo de atualização técnica e tecnológica de produtos e serviços, bem como o desenvolvimento de recursos humanos.

8.1.3 São indicativas todas as soluções, especificações de equipamentos, materiais e métodos referidas no Anexo 2 para execução dos **Serviços** e das **Obras**, obrigatórias ou condicionadas, cabendo à **Concessionária** optar por aquelas que julgar mais adequadas, desde que assegurado o cumprimento dos **Índices de Desempenho** e demais especificações mínimas no Anexo 2.

8.1.4 A **Concessionária** declara e garante ao **Concedente** a qualidade dos projetos, da execução e da manutenção das obras e dos serviços objeto da **Concessão**.

8.1.5 A **Concessionária** assume total responsabilidade pela elaboração e execução de projetos, bem como pela execução de obras e serviços em desconformidade com o **Contrato** e especificações mínimas nele estabelecidas, assim como inobservância dos **Índices de Desempenho**.

8.1.6 O **Concedente** se obriga a rescindir, em até 30 (trinta) dias contados da **Data de Assinatura**, todos os contratos referentes a **Obras e Serviços** no **Sistema Viário BA-052**, objetos deste **Contrato**, que estejam em vigor na data de assinatura do **Contrato**, devendo a **Concessionária** providenciar a contratação ou prestar diretamente, às suas expensas, das atividades que devem ser mantidas para a adequada operação do **Sistema Viário BA-052**.

8.2 As **Obras e Serviços** executados serão recebidos pelo **Concedente**, conforme procedimento previsto abaixo:

8.2.1 O **Concedente** rejeitará, no todo ou em parte, a obra ou o serviço executado em desconformidade com as cláusulas desse **Contrato**, seus Anexos, a regulamentação aplicável ou as normas técnicas da ABNT.

8.2.2 O recebimento provisório ou definitivo das obras e/ou serviços não exclui a responsabilidade exclusiva da **Concessionária**, sobretudo com relação às condições de segurança ou de qualidade, e tampouco exime ou diminui a sua responsabilidade pelo cumprimento das obrigações assumidas no **Contrato**.

8.3 A **Concessionária** será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas e nos prazos fixados pelo **Concedente**, as obras e serviços pertinentes à **Concessão** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.3.1 O **Concedente** poderá exigir que a **Concessionária** apresente um plano de ação visando a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir qualquer **Obra** ou **Serviço** prestado de maneira viciada, defeituosa ou incorreta pertinente à **Concessão**, em prazo a ser estabelecido pelo **Concedente**.

8.3.2 Em caso de omissão da **Concessionária** quanto à obrigação prevista nesta subcláusula, ao **Concedente** é facultado se valer da **Garantia de Execução do Contrato** para remediar os vícios, defeitos ou incorreções identificadas.

8.4 Comprovação ao Concedente

8.4.1 A Concessionária deverá comprovar ao Concedente:

- (i) a conclusão de cada uma das **Obras** de caráter obrigatório previstas no **Cronograma de Implantação**, e
- (ii) os **Índices de Desempenho** e demais especificações técnicas mínimas.

8.5 Intervenções na Faixa de Domínio

8.5.1 A Concessionária fica autorizada a explorar **Receitas Extraordinárias** na extensão da faixa de domínio.

8.5.1.1 A **Concessionária** não será responsável por garantir o livre acesso e passagem de terceiros, na forma da subcláusula 8.5.1, nos trechos do **Sistema Viário BA-052** em que a faixa de domínio estiver ocupada por terceiros, observado o disposto na subcláusula 6.2.

8.5.2 A implantação, exploração e operação da infraestrutura relacionada aos cabos de fibra óptica por terceiros deverá ser realizada em conformidade com a regulamentação aplicável.

8.5.3 A **Concessionária** poderá estabelecer restrições quanto aos horários e a forma de implantação e manutenção da infraestrutura de fibra óptica por terceiros contanto que submeta tais restrições à prévia aprovação do **Concedente** e notifique o terceiro interessado com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, a contar da data em que foi feita a solicitação de implementação e/ou manutenção pela empresa exploradora de infraestrutura de fibra óptica.

9. Declarações

9.1 A **Concessionária declara** que obteve, por si ou por terceiros, todas as informações necessárias para o cumprimento de suas obrigações contratuais.

9.2 A **Concessionária** não será de qualquer maneira liberada de suas obrigações contratuais, tampouco terá direito a ser indenizada pelo **Concedente**, em razão de qualquer informação incorreta ou insuficiente que lhe foi fornecida pelo **Concedente**, ou por qualquer outra fonte, reconhecendo que é sua obrigação realizar os levantamentos para a verificação da adequação e da precisão de qualquer informação

que lhe foi fornecida, salvo nos casos expressamente previstos no **Edital, Contrato e Anexos**.

9.3 A **Concessionária** declara ter conhecimento de que estará obrigada a obter e atualizar todas as licenças, autorizações e permissões necessárias à operação do **Sistema Viário BA-052**.

10. Prestação de Informações

10.1 No **Prazo da Concessão**, e sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas no **Contrato** ou na legislação aplicável, a **Concessionária** obriga-se a:

10.1.1 Dar conhecimento imediato ao **Concedente** de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da **Concessão**, apresentando, por escrito e no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da ocorrência, relatório detalhado com as medidas tomadas para sanar o problema, incluindo, se for o caso, pareceres técnicos;

10.1.2 Apresentar ao **Concedente**, no prazo por ele estabelecido, informações adicionais ou complementares que este venha formalmente a solicitar;

10.1.3 Apresentar, de acordo com a regulamentação do **Concedente** e na periodicidade por ele estabelecido, relatório com informações detalhadas sobre:

- (i) as estatísticas de tráfego e acidentes, com análise de pontos críticos e medidas saneadoras implantadas ou pendentes de implantação;
- (ii) o estado de conservação do **Sistema Viário BA-052**;
- (iii) a qualidade ambiental ao longo do **Sistema Viário BA-052**, bem como impactos ambientais decorrentes da execução das **Obras** e dos **Serviços**;
- (iv) a execução das **Obras** e dos **Serviços** propriamente ditos;
- (v) o desempenho de suas atividades, especificando, dentre outros, a forma de realização das obras e da prestação dos serviços relacionados ao objeto do **Contrato**, os resultados da exploração do **Sistema Viário BA-052**, bem como a programação e execução financeira;
- (vi) os **Bens da Concessão**, incluindo descrição do seu estado e valor; e

- (vii) a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e contratual das contratações de terceiros para a execução das **Obras** e dos **Serviços**.

10.1.4 Apresentar ao **Concedente**, trimestralmente, suas demonstrações financeiras e contábeis completas correspondentes ao trimestre anterior, conforme os padrões estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

10.1.5 Apresentar ao **Concedente**, trimestralmente, relatório com as reclamações dos **Usuários**, bem como as respostas fornecidas e as providências adotadas em cada caso.

10.1.6 Apresentar ao **Concedente**, até 30 de abril de cada ano, as demonstrações financeiras completas, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente, de acordo com as normas de contabilidade brasileiras e/ou regulamentação do **Concedente**, com destaque para as seguintes informações, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior:

- (i) transações com **Partes Relacionadas**;
- (ii) depreciação e amortização de ativos;
- (iii) provisão para contingências (cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais ou administrativas);
- (iv) relatório de administração;
- (v) parecer dos auditores externos e, se existente, do conselho fiscal; e
- (vi) declaração da **Concessionária** contendo o valor do seu capital social integralizado e as alterações na sua composição societária.

10.1.7 Divulgar em seu sítio eletrônico as seguintes informações durante todo o **Prazo da Concessão**:

- (i) estatísticas mensais de movimentação de veículos, por tipo de veículo (motocicleta, carro de passeio, caminhão e ônibus);
- (ii) estatísticas mensais de acidentes, incluindo a identificação do local e a causa

(quando fornecida pela Polícia Rodoviária Estadual);

- (iii) condições de tráfego por subtrechos, atualizados diariamente e com orientações aos **Usuários**; e
- (iv) **Tarifas de Pedágio** vigentes para cada categoria de veículo mencionado no item (i) acima.

10.2 Para a confecção dos relatórios referidos no item anterior, deverão ser adotadas como parâmetro as instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM relativas à prestação de contas por companhias de capital aberto para registro perante a Comissão.

10.3 A **Concessionária** deverá realizar o monitoramento permanente da prestação dos **Serviços**, disponibilizando ao **Concedente** e à **AGERBA**, sempre que solicitadas as informações necessárias para a apuração do cumprimento de suas obrigações e à avaliação dos **Índices de Desempenho** estipulados no Anexo 3, permitindo o acesso irrestrito, ininterrupto e online aos sistemas de acompanhamento e monitoramento dos **Serviços** e banco de dados com tais informações.

10.4 A **Concessionária** deverá obedecer às boas práticas de governança corporativa, na forma das diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, com a apresentação de contas e demonstrações contábeis padronizadas conforme as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil, definidas no item 6 do Pronunciamento Técnico n.º 13 do Comitê de Pronunciamento Contábeis ou o que vier a sucedê-lo, bem como à regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

11. Contratação com Terceiros e Empregados

11.1 A **Concessionária** será responsável, objetivamente, perante os **Usuários** do **Sistema Viário BA-052** e terceiros, por imperícia, por falhas técnicas, pela falta de higidez financeira e por prejuízos causados pelos terceiros por ela contratados para a execução das **Obras** e **Serviços** da **Concessão**.

11.2 Os terceiros contratados pela **Concessionária** deverão ser dotados de higidez financeira e de capacidade técnica para a execução dos serviços para os quais foram contratados, sendo responsabilidade da **Concessionária** averiguar tais requisitos.

11.3 A **Concessionária** deverá dar ampla publicidade, por intermédio de veículos de mídia local e regional, dos processos de seleção de profissionais para desempenho de funções para execução dos serviços no âmbito deste **Contrato**.

11.4 Os contratos entre a **Concessionária** e terceiros reger-se-ão pelas normas de Direito Privado, não se estabelecendo relação de qualquer natureza entre terceiros e o **Concedente**.

11.5 Na hipótese de subcontratação, os contratos entre a **Concessionária** e os subcontratados deverão prever cláusula de subrogação do **Concedente**, visando à continuidade da prestação adequada dos serviços.

11.6 O **Concedente** poderá solicitar, a qualquer tempo, informações sobre a contratação de terceiros para a execução dos serviços da **Concessão**, inclusive para fins de comprovação das condições de capacitação técnica e financeiras, apropriadas aos serviços em execução.

11.6.1 O conhecimento do **Concedente** acerca de eventuais contratos firmados com terceiros não exime a **Concessionária** do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes do **Contrato**.

11.7 A **Concessionária** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do **Contrato**.

12. Fiscalização da Concessão

12.1 Os poderes de fiscalização da execução do **Contrato** serão exercidos diretamente pela **AGERBA**, que terá, no exercício de suas atribuições, livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros da **Concessionária**, notadamente aos laudos emitidos.

12.2 A fiscalização ficará a cargo de servidores ou órgão componente da estrutura da **AGERBA**, previamente designados e com a atribuição expressa de fiscalizar o **Contrato**, sem prejuízo de assessoria técnica ou a utilização de informações prestadas por terceiros, inclusive servidores dos quadros de pessoal do **Concedente**.

12.3 Na fiscalização do **Contrato**, a **AGERBA** terá como atribuições, sem limitação:

- (i) a apuração dos **Índices de Desempenho** e o cálculo da variação da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**, na forma da subcláusula 17.3 e do Anexo 3;

- (ii) a validação de todos os dados técnicos e econômico-financeiros dos pedidos de revisão ordinária e extraordinária, por meio da análise do cenário que originou a reinvidicação frente aos termos contratuais e elaboração de parecer técnico que deverá dar suporte à análise do impacto econômico-financeiro do pleito, podendo recomendar parâmetros e critérios para a realização do processo de recomposição, de acordo com os termos do **Contrato**;
- (iii) elaboração de opinativo técnico acerca do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, nas hipóteses previstas no **Contrato**;
- (iv) verificação das especificações de **Serviços** e do cumprimento do cronograma das **Obras** e serviços previstos no **PER**;
- (v) a realização de testes de qualidade nos termos previstos neste **Contrato**;
- (vi) auxílio à **Autoridade Competente** no processo de aplicação das penalidades previstas neste **Contrato** e na legislação aplicável;
- (vii) auxílio na avaliação do recebimento das instalações e equipamentos no âmbito deste **Contrato**;
- (viii) auxílio na avaliação final dos **Bens Reversíveis** quando da extinção da **Concessão**;
- (ix) realização de pesquisas de satisfação com os **Usuários**;
- (x) apuração do valor das **Receitas Extraordinárias** a serem repassadas ao **Concedente**;
- (xi) monitoramento dos resultados da execução da **Concessão** e validação dos dados obtidos;
- (xii) aferição sobre se as transações mantidas com **Partes Relacionadas** ocorreu em condições equitativas de mercado; e
- (xiii) desempenho das demais atribuições sob sua competência, consoante expressamente consignadas nas demais cláusulas deste **Contrato**;

12.4 As determinações que vierem a ser emitidas no âmbito das fiscalizações da **AGERBA** serão imediatamente aplicáveis e vincularão a **Concessionária**, sem prejuízo do recurso eventualmente cabível, ao qual poderá ser atribuído efeito suspensivo, a

critério da **AGERBA**.

12.5 A **AGERBA** registrará e processará as ocorrências apuradas pela fiscalização, notificando a **Concessionária** para regularização das falhas ou defeitos verificados, sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades previstas neste **Contrato**.

12.5.1 A **Concessionária** será obrigada a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir, às suas expensas, e no prazo fixado pela **AGERBA**, os serviços pertinentes à **Concessão** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

12.5.1.1 A **AGERBA** poderá exigir, nos prazos que vier a especificar, que a **Concessionária** apresente um plano de ação visando a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir qualquer atividade executada de maneira viciada, defeituosa ou incorreta.

12.5.1.2 Mesmo que as falhas e defeitos apurados pela fiscalização não ensejem a aplicação de penalidades, a sua não regularização no prazo fixado pela **AGERBA**, prorrogável mediante justificativa por ela aceita e, desde que não haja prejuízos à continuidade e adequação dos serviços, configura infração contratual e ensejará a instauração de processo administrativo, sujeitando a **Concessionária** à aplicação das penalidades previstas no **Contrato**, sem prejuízo de eventual sanção administrativa, civil ou criminal por violação de preceito legal ou infralegal aplicável.

12.5.1.3 No caso de inexecução contratual proceder-se-á em conformidade com as subcláusulas 32.8 a 32.13.

12.5.2 Em caso de omissão da **Concessionária** em cumprir as determinações da **AGERBA** na sua competência fiscalizadora, a **AGERBA** terá a faculdade de proceder à correção da situação, diretamente ou por intermédio de terceiro, correndo os respectivos custos por conta da **Concessionária**, mediante o desconto do valor correspondente em sua contraprestação, inclusive com a possibilidade de ocupação provisória dos bens e instalações da **Concessionária**.

12.5.2.1 Em cumprimento ao dever acima, o **Concedente** poderá se valer da **Garantia de Execução do Contrato** para o ressarcimento dos encargos envolvidos, bem como por eventuais indenizações

devidas a terceiros e para remediar os vícios, defeitos ou incorreções identificadas.

12.6 A **AGERBA** será, também, responsável por validar o cumprimento dos **Índices de Desempenho** pela **Concessionária**, para fins de quantificação do valor da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** a ser paga pelo **Concedente**.

12.6.1 A **AGERBA** será a responsável por apurar os Índices de Desempenho, bem como avaliar o valor da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** a ser paga pelo **Concedente**, produzindo relatório pormenorizado a respeito da avaliação dessas informações ao **Concedente**.

12.6.2 A **Concessionária** deverá fornecer à **AGERBA**, inclusive por meio de acesso direto aos seus sistemas de informações, todas as informações necessárias para a medição dos **Índices de Desempenho** necessários ao cálculo das contraprestações mensais efetivas e preços tarifários.

12.6.3 O **Concedente** realizará o pagamento da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** com base nos **Índices de Desempenho** apurados pela **AGERBA** em até [●] ([●]) dias após o recebimento de referidas informações.

12.7 A **AGERBA** poderá acompanhar a realização das **Obras** e dos **Serviços**, podendo solicitar esclarecimentos ou modificações caso entenda haver desconformidade com as obrigações previstas no **Contrato**, em especial quanto ao cumprimento dos indicadores que formam os **Índices de Desempenho**.

12.8 Os esclarecimentos ou modificações solicitadas pela **AGERBA** à **Concessionária** não alterarão, de qualquer forma, a alocação de riscos prevista no **Contrato**.

12.8.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações de investimentos pela **Concessionária** poderá acarretar a redução da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** da **Concessionária**, caso represente descumprimento dos **Índices de Desempenho**, na forma do Anexo 3.

12.8.2 Em caso de omissão da **Concessionária** quanto à obrigação prevista nesta subcláusula, à **AGERBA** é facultado se valer da **Garantia de Execução do Contrato**.

12.9 A fiscalização exercida pela **AGERBA** não exclui a de outros órgãos, entidades e autoridades que integram a Administração Pública direta e indireta do Estado da

Bahia.

12.9.1 A **Concessionária** será responsável por atender e propiciar condições no âmbito de suas instalações ao exercício da atividade de fiscalização de outros entes, órgãos e entidades.

12.10 A **Concessionária** fica obrigada a recolher à **AGERBA** verba de fiscalização vinculada à cobertura de custos referentes à fiscalização do **Contrato**.

12.11 A verba de fiscalização será de no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) por ano, atualizado anualmente pelos parâmetros previstos na Cláusula 19, a ser pago mensalmente, em doze parcelas iguais, sendo a primeira parcela devida no 30º (trigésimo) dia a partir da **Data de Assinatura**, nos termos do **Cronograma de Implantação** do presente **Contrato**.

12.11.1 O pagamento de que trata a subcláusula 12.11 acima deverá ser realizado na conta corrente, n.º [●], mantida na agência n.º [●] do banco [●], de titularidade da **AGERBA**, especificamente vinculada à fiscalização do **Contrato**.

12.12 A **Concessionária** deverá facultar aos representantes e profissionais do Banco Mundial (*World Bank Group*), em qualquer momento durante a **Concessão**, o acesso direto aos seus registros e livros contábeis para fins de auditoria e controle do valor efetivamente investido no **Sistema Viário BA-052**.

13. Direitos dos Usuários

13.1 Sem prejuízo de outros direitos e obrigações previstos em lei, regulamento da **AGERBA** e em outros diplomas legais aplicáveis, são direitos dos usuários do **Sistema Viário BA-052**:

- (i) obter e utilizar os serviços relacionados à **Concessão**, observadas as normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e da **AGERBA**;
- (ii) receber informações do **Concedente**, da **AGERBA** e da **Concessionária** para o uso correto do serviço prestado pela **Concessionária** e para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- (iii) levar ao conhecimento do **Concedente**, da **AGERBA** e da **Concessionária** as irregularidades de que tenham conhecimento,

referentes ao serviço prestados;

- (iv) comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela **Concessionária** na prestação de Serviço;
- (v) ter à sua disposição canais de comunicação efetivos com a **Concessionária**, seja mediante centrais de atendimento físicas, seja por meios eletrônicos (sítio na internet, endereço de correio eletrônico, fac-símile), seja, ainda, através central de atendimento telefônico; e
- (vi) ter ao seu dispor **Serviços** de qualidade, com base nos **Índices de Desempenho**.

14. Compartilhamento dos Ganhos Financeiros

14.1 Nos termos do art. 8º, inciso VI, da Lei estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, a **Concessionária** deverá compartilhar, em partes iguais, com o **Concedente**, os ganhos econômicos que obtiver, em decorrência da redução de risco de créditos dos financiamentos utilizados pela **Concessionária** e ganhos de produtividade apurados na execução do **Contrato**.

CAPITULO III – DA EQUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA DO CONTRATO

15. Valor do Contrato e Remuneração

15.1 Valor do Contrato

15.1.1 O valor estimado do **Contrato** é de [●] ([●]), tendo como referência a data de entrega da **Proposta Econômica**, que corresponde ao somatório das receitas totais projetadas provenientes da operação da **Concessão**, com base no valor a ser percebido pelo pagamento da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, bem como no valor da projeção das receitas tarifárias provenientes da cobrança da **Tarifa de Pedágio**.

15.1.2 O valor contemplado na subcláusula acima tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das **Partes** para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.

15.2 Remuneração

15.2.1 A **Concessionária** será remunerada mediante:

- (i) pagamento da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**;
- (ii) arrecadação de **Tarifas de Pedágio**;
- (iii) outras fontes de receitas, nos termos deste **Contrato**.

15.2.2 A principal fonte de receita da **Concessionária** advirá do recebimento da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** sendo, no entanto, facultado à **Concessionária** utilizar outras fontes de **Receitas Extraordinárias**, nos termos do **Contrato**.

15.2.3 A **Concessionária** declara que o sistema de remuneração previsto neste **Contrato** representa o equilíbrio entre ônus e bônus da **Concessão** e a **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** a ser paga à **Concessionária** somada à arrecadação da **Tarifa de Pedágio** localizado na **Ponte-Travessia** é suficiente para remunerar todos os investimentos, custos operacionais, despesas e serviços efetivamente realizados, indicados no presente **Contrato**.

16. Tarifa de Pedágio

16.1 A **Concessionária** deverá organizar a cobrança da **Tarifa de Pedágio** nos termos do sistema de arrecadação de pedágio previsto no Anexo 2, implementando-se com a maior eficiência gerencial possível, de modo a provocar o mínimo desconforto e perda de tempo para os **Usuários** do **Sistema Viário BA-052**.

16.2 Com o objetivo de manter a adequada fluidez do trânsito e propiciar maior comodidade aos usuários, os valores das **Tarifas de Pedágio** serão arredondados, observados os termos da subcláusula 19.1.2.

16.3 É vedado ao **Concedente**, no curso do **Contrato**, estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de usuários do **Sistema Viário BA-052**, exceto se no cumprimento de lei ou de decisão judicial.

16.4 Terão trânsito livre no **Sistema Viário BA-052** e ficam, portanto, isentos do pagamento de **Tarifa de Pedágio**, os veículos de Corpo Diplomático e os veículos oficiais, devidamente identificados, assim entendidos aqueles que sejam de propriedade da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, seus respectivos órgãos,

departamentos, autarquias ou fundações públicas.

16.5 A **Concessionária**, por seu único e exclusivo critério e responsabilidade, poderá conceder descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias, inclusive procedendo a reduções sazonais em dias e horas de baixa demanda, mas não poderá requerer o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, caso este venha a ser rompido em decorrência dessa prática de promoções e descontos tarifários.

16.6 A **Concessionária** dará ampla divulgação da data de início da cobrança da **Tarifa de Pedágio**, seus valores, do processo de pesagem de veículos e outras informações pertinentes, inclusive sobre o sistema de atendimento ao **Usuário**.

17. Contraprestações Públicas

Contraprestação Pública Mensal Efetiva

17.1 Pela execução do objeto do **Contrato**, o **Concedente** pagará à **Concessionária** prestações pecuniárias, denominadas em conjunto de **Contraprestações Públicas**, cujos valores serão calculados com base nesta cláusula e na fórmula prevista no Anexo 3.

17.2 O cálculo da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** será feito a partir da consideração da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, corresponde à R\$ [●], da qual 1/12 corresponderá à **Contraprestação Pública Mensal Máxima**.

17.2.1 O cálculo da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** contemplará, ainda, a atualização monetária dos valores expressos na Proposta Econômica, que têm como data de referência fevereiro de 2018, promovendo a sua atualização para a data efetiva do primeiro pagamento da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**, na forma do Anexo 3.

17.3 O valor da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** poderá variar de acordo com o cumprimento pela **Concessionária** dos **Índices de Desempenho**, por meio da redução proporcional da **Contraprestação Pública Mensal Máxima**, mediante a aplicação do fator “KA” e “KB” aplicados sobre as parcelas variáveis da **Contraprestação A** e **Contraprestação B**, respectivamente, conforme fórmula prevista no Anexo 3.

17.4 O pagamento da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** será efetuado até o dia 20 (vinte) de cada mês, mediante depósito pecuniário em conta corrente segregada e gerenciada pelo **Agente de Pagamento**, na forma da Lei Estadual nº 11.477/2009 e do

Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas.

17.4.1 Na hipótese de controvérsia entre as **Partes** a respeito do valor da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**, o pagamento será efetuado com base na variação da contraprestação informada no relatório da respectiva apuração dos **Índices de Desempenho**, de responsabilidade da **AGERBA**, na forma do Anexo 3, até a decisão da controvérsia pela **Comissão de Solução de Controvérsias** ou pela arbitragem, hipótese em que eventual compensação será efetuada, a critério do **Concedente**, na(s) **Contraprestação(ões) Pública(s) Mensal(is) Efetiva(s)** subsequente(s), admitindo-se a cumulação dos acréscimos ou reduções, conforme o caso, em um único mês.

17.5 A **Concessionária** declara ter pleno conhecimento e reconhece que:

17.5.1 Considerando o caráter objetivo dos indicadores que compõem os **Índices de Desempenho** estabelecido no **Contrato**, o seu resultado indicará as condições físicas do **Sistema Viário BA-052**, as condições da prestação das **Obras e Serviços** e a sua conformidade com as exigências legais e contratuais;

17.5.2 A variação da remuneração é um mecanismo pactuado entre as **Partes** e será aplicado de forma imediata e automática pelo **Concedente**, tendo em vista a desconformidade entre os serviços prestados e as exigências do **Contrato**;

17.5.3 A variação da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** nos termos desta cláusula não constitui penalidade contratual, mas, sim, mecanismo preestabelecido no **Contrato** para manutenção da equivalência contratual entre as **Obras e Serviços** prestados e a sua remuneração, desde já acordada entre as **Partes**;

17.5.4 A avaliação do desempenho da **Concessão** e a correspondente variação da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** não prejudicam a verificação, pelo **Concedente**, de inadimplemento contratual da **Concessionária** e consequente aplicação das penalidades previstas no **Contrato**, observadas as regras constantes da Cláusula 32; e

17.6 No caso de inadimplemento do pagamento da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** à **Concessionária**, será aplicável o seguinte:

17.6.1 No caso de atraso superior a 90 (noventa) dias, será conferida à **Concessionária** a faculdade de suspender os investimentos e atividades em curso até que seja normalizada a situação pelo **Concedente**, nos termos do art. 167, inciso XVIII da Lei Estadual nº 9.433/2005 e do art. 78, inciso XV da Lei Federal nº 8.666/1993.

17.6.1.1 A suspensão dos investimentos e atividades em curso por parte da **Concessionária** ensejará a postergação dos prazos definidos no **PER** e isentará a **Concessionária** relativamente a qualquer atraso até que o inadimplemento do pagamento da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** à **Concessionária** seja devidamente remediado pelo **Concedente**.

17.6.1.2 Durante o período de atraso, não poderão ser aplicados nenhum deflator com base nos **Índices de Desempenho**, devendo a **Concessionária** ser integralmente remunerada pelos serviços prestados.

Contraprestações Públicas A, B, C e D

17.7 A **Contraprestação Pública A** será devida à **Concessionária** a partir do 3º (terceiro) ano da **Concessão**, contado a partir **Data de Assinatura**, em função da operação e manutenção dos trechos rodoviários BA-052 e BA-160, de acordo com cronograma e eventos previstos no Anexo 10, composta de parcela fixa e de parcela variável, sobre a qual incidirá os **Índices de Desempenho**, de acordo com fórmula de cálculo prevista no Anexo 3.

17.7.1 A parcela fixa da **Contraprestação A** corresponde à 70% (setenta por cento) do valor total da **Contraprestação A**, enquanto a parcela variável, sobre a qual se incide os **Índices de Desempenho**, corresponde à 30% (trinta por cento) do valor total da **Contraprestação A**.

17.8 A **Contraprestação Pública B** será devida à **Concessionária** a partir da efetiva construção e disponibilidade da **Ponte-Travessia**, em função da operação e manutenção desta, de acordo com cronograma e eventos previstos no Anexo 10, composta de parcela fixa e de parcela variável, sobre a qual incidirá os **Índices de Desempenho**, de acordo com fórmula de cálculo prevista no Anexo 3.

17.8.1 A parcela fixa da **Contraprestação B** corresponde à 70% (setenta por cento) do valor total da **Contraprestação B**, enquanto que a parcela variável, sobre a qual incidem os **Índices de Desempenho**, corresponde à 30% (trinta por cento) do valor total da **Contraprestação B**

17.9 A **Contraprestação Pública C** será reconhecida como devida à **Concessionária** a partir da efetiva construção e disponibilidade da infraestrutura e mesoeestrutura da **Ponte-Travessia**, conforme definidas no Anexo 2 deste **Contrato**, e de acordo com cronograma e eventos previstos no Anexo 10, composta exclusivamente por parcela fixa, sobre a qual não incidirá **Índices de Desempenho**, de acordo com fórmula prevista no Anexo 3.

17.9.1 Uma vez reconhecida, a **Contraprestação Pública C** somente começará a ser paga à **Concessionária** quando da disponibilidade efetiva da **Ponte-Travessia** com sua fruição pelos **Usuários**.

17.10 A **Contraprestação Pública D** será devida à **Concessionária** a partir da efetiva construção e disponibilidade integral da **Ponte-Travessia**, com fruição pelos **Usuários**, de acordo com cronograma e eventos previstos no Anexo 10, composta exclusivamente por parcela fixa, sobre a qual não incidirá **Índices de Desempenho**, de acordo com fórmula prevista no Anexo 3.

17.11 Os respectivos valores de **Contraprestação Pública Anual Máxima** para cada uma das categorias de **Contraprestações Públicas**, cenário em que a **Concessionária** tenha atingido todos os **Índices de Desempenho**, de acordo com fórmula prevista no **Anexo 3**, são os seguintes:

Contraprestação Pública A	R\$ [●] ([●])
Contraprestação Pública B	R\$ [●] ([●])
Contraprestação Pública C	R\$ 4.758.501,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e um Reais)
Contraprestação Pública D	R\$ 4.138.406,02 (quatro milhões, cento e trinta e oito mil e quatrocentos e seis Reais e dois centavos)

18. Aporte de Recursos

18.1 A critério exclusivo do **Concedente**, a **Concessão** poderá contar com **Aporte de Recursos** no valor total de R\$ 54.397.590,73 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e noventa Reais e setenta e três centavos), composto por duas parcelas:

18.2 Aporte de Recursos 1: parcela de R\$ 27.732.105,57 (vinte e sete milhões, setecentos e trinta e dois mil, cento e cinco Reais e cinquenta e sete centavos) vinculada à construção e disponibilidade da Infraestrutura e Mesoestrutura da **Ponte-Travessia**. Em até 3 (três) anos e 6 (seis) meses, contados a partir da **Data de Assinatura**, o **Concedente** optará entre efetuar o pagamento da **Contraprestação C** ou, alternativamente, realizar o pagamento do **Aporte de Recursos 1** reconhecido como devido à **Concessionária** mediante conclusão da infraestrutura e mesoestrutura da **Ponte-Travessia**, conforme definidas no Anexo 2 deste **Contrato**, e a ser pago efetivamente à **Concessionária** a partir da construção e disponibilidade efetiva e integral da **Ponte-Travessia**, com fruição pelos **Usuários**.

18.3 Aporte de Recursos 2: parcela de R\$ 26.665.485,16 (vinte e seis milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco Reais e dezesseis centavos) vinculada à construção e disponibilidade da **Ponte-Travessia**. Em até 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses, contados a partir da **Data de Assinatura**, o **Concedente** optará entre efetuar o pagamento da **Contraprestação D** ou, alternativamente, realizar o pagamento do **Aporte de Recursos 2** a ser pago à **Concessionária** após a construção e disponibilidade da **Ponte-Travessia**, com efetiva fruição pelos **Usuários**.

18.3.1 Nas hipóteses mencionadas nos itens 18.2 e 18.3, caso o **Concedente** opte por realizar o pagamento do **Aporte de Recursos**, deverá formalizar referida escolha mediante notificação, por escrito, à **Concessionária**.

18.3.2 Caso o **Concedente** opte formalmente por realizar o pagamento integral do valor correspondente à quaisquer das parcelas do **Aporte de Recursos**, mas não o faça no prazo indicado nas subcláusulas 18.2 e 18.3, entende-se como mantido o pagamento das **Contraprestações Públicas C** e **D**, conforme descrito na Cláusula 17 deste **Contrato**.

18.3.3 Na hipótese do **Concedente** não se manifestar formalmente por escrito a respeito do pagamento do **Aporte de Recursos**, nos termos exigidos nas subcláusulas 18.2 e 18.3, entende-se como mantido o pagamento das **Contraprestações Públicas C** e **D**, conforme descrito na Cláusula 17 deste **Contrato**.

19. Reajuste

19.1 Reajuste da Tarifa de Pedágio

19.1.1 O valor da **Tarifa de Pedágio** será reajustado anualmente a partir da data de entrega da **Proposta Econômica**, de acordo com a seguinte equação:

$$TP_t = TP_0 \times IPCA_t / IPCA_0$$

Onde:

TP₀: é a Tarifa de Pedágio

TP_t: é a tarifa de pedágio no ano contratual *t*

IPCA₀: é o número índice do IPCA/IBGE na data de Fevereiro de 2018

IPCA_t: é o número índice do IPCA/IBGE do segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual *t*

19.1.1.1 A **Tarifa de Pedágio** terá o seu primeiro reajuste contratual em (i) 1 (um) ano a contar da data de entrega da **Proposta Econômica** ou (ii) na **Data de Assinatura**, o que ocorrer depois.

19.1.1.2 A data do primeiro reajuste da **Tarifa de Pedágio**, conforme disposto na cláusula anterior, será considerada como data-base (dia e mês) para efeito dos reajustes seguintes.

19.1.2 A **Tarifa de Pedágio** a ser praticada será arredondada para múltiplos de dez centavos de real e será obtida mediante a aplicação do seguinte critério de arredondamento:

- (i) quando a segunda casa decimal for menor do que cinco, arredonda-se para baixo esta casa;
- (ii) quando a segunda casa decimal for igual ou superior a cinco, arredonda-se a primeira casa decimal para o valor imediatamente superior.

19.1.3 O valor reajustado da **Tarifa de Pedágio** será autorizado mediante resolução específica da **AGERBA** no **DOE**.

19.1.4 Em caso de extinção de qualquer dos índices de reajuste previstos neste **Contrato**, o índice a ser utilizado deverá ser aquele que o substituir. Caso nenhum índice venha a substituir automaticamente o índice extinto, as **Partes** deverão determinar, de comum acordo, o novo índice a ser

utilizado. Caso as **Partes** não cheguem a um acordo em até 45 (quarenta e cinco) dias após a extinção de referido índice de reajuste, a **AGERBA** deverá determinar o novo índice de reajuste.

19.2 Reajustes da Contraprestação Pública

19.2.1 A **Contraprestação Pública Anual Máxima** terá o seu primeiro reajuste contratual em (i) 1 (um) ano a contar da data de entrega da **Proposta Econômica** ou (ii) na **Data de Assinatura**, o que ocorrer depois.

19.2.2 A data do primeiro reajuste da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, conforme disposto na subcláusula anterior, será considerada como data-base (dia e mês) para efeito dos reajustes seguintes.

19.2.3 A **Contraprestação Pública Anual Máxima** será reajustada anualmente para incorporar a variação do IPCA/IBGE ou outro índice que eventualmente o substitua, que será calculado pela seguinte equação:

$$CP_t = CP_0 \times IPCA_t / IPCA_0$$

Sendo que:

$$CP_0 = CP_F + CP_V$$

Onde:

CP₀: é a Contraprestação Pública Anual Efetiva na data Fevereiro de 2018

CP_t: é a Contraprestação Pública Anual Efetiva no ano contratual t

IPCA₀: é o número índice do IPCA/IBGE na data de Fevereiro de 2018

IPCA_t: é o número índice do IPCA/IBGE do segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual t

CP_F: corresponde à parcela fixa da Contraprestação Pública Anual Efetiva, de acordo com o Anexo 3

CP_V: corresponde à parcela variável da Contraprestação Pública Anual Efetiva, de acordo com o Anexo 3

19.2.4 O reajuste anual da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, procedido na forma desta Cláusula 19, incorporar-se-á de forma definitiva

ao valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima** vigente para o ano seguinte.

19.2.5 Os levantamentos e cálculos necessários para o reajuste tratado nesta subcláusula serão de responsabilidade da **AGERBA**, a quem caberá fazer o levantamento dos dados e medições, nos termos previstos neste **Contrato**.

19.2.6 As **Contraprestações Públicas** também serão anualmente reajustadas com base na fórmula prevista na presente cláusula.

19.3 Reajustes do Aporte de Recursos

19.3.1 O valor de cada parcela do **Aporte de Recursos** será reajustado anualmente, a partir da data de entrega da **Proposta Econômica**, de acordo com a seguinte equação.

$$AR_t = AR_0 \times IPCA_t / IPCA_0$$

Onde:

AR₀: é o Valor da parcela do Aporte de Recursos em fevereiro de 2018

AR_t: é o Valor da parcela do Aporte de Recursos Efetivo no ano contratual t

IPCA₀: é o número índice do IPCA em fevereiro de 2018

IPCA_t: é o número índice do IPCA do segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual

19.3.2 Os valores referidos nas subcláusulas 18.2. e 18.3 – relativos aos acréscimos de parcelas adicionais ao valor da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** – serão reajustados conforme a fórmula abaixo:

$$PA_t = PA_0 \times IPCA_t / IPCA_0$$

Onde:

PA₀: é o Valor Adicional Anual referente às subcláusulas 18.2. e 18.3 em fevereiro de 2018

PA_t: é o Valor Adicional Anual referente às subcláusulas 18.2 e 18.3 no ano contratual t

IPCA₀: é o número índice do IPCA em fevereiro de 2018

IPCA_t: é o número índice do IPCA do segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual t

20. Apuração Trimestral da Contraprestação Pública Mensal Efetiva

20.1 Após a **Data de Assinatura**, o valor da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** devido à **Concessionária** pelo **Concedente** passará a ser mensurado trimestralmente, para os fins de determinar a eventual dedução decorrente do descumprimento dos **Índices de Desempenho** apurados no trimestre anterior, de acordo com as seguintes premissas:

- (i) caso a **Concessionária** atinja o valor máximo do **Índice de Desempenho**, fará jus ao recebimento da **Contraprestação Pública Mensal Máxima**;
- (ii) este valor inicial será reduzido na hipótese de descumprimento dos **Índices de Desempenho**, na forma disciplinada pelo **Anexo 3**;
- (iii) o valor devido após o resultado da avaliação referida nesta subcláusula, inclusive com eventual redução da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**, permanecerá vigente até o resultado da avaliação trimestral seguinte.

20.2 O cálculo da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** terá como referência inicial o valor da **Contraprestação Pública Mensal Máxima**, que correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, cujo valor foi indicado na **Proposta Econômica**.

20.3 A **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** refletirá o desempenho da **Concessionária** na prestação dos **Serviços** e a efetiva disponibilidade do **Sistema Viário BA-052**, por meio da aplicação trimestral dos **Índices de Desempenho**, na forma deste **Contrato** e dos seus anexos.

20.3.1 A **Concessionária** deverá disponibilizar à **AGERBA**, durante o período de medição, nos termos da subcláusula 10.3, as informações necessárias para a apuração dos **Índices de Desempenho**.

20.4 Até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao trimestre vencido, a **AGERBA** remeterá ao **Concedente** e à **Concessionária** o Relatório Trimestral de Índices de Desempenho, contendo a apuração do **Índice de Desempenho** e indicando o valor da

Contraprestação Pública Mensal Efetiva para o trimestre seguinte.

20.5 Os órgãos de fiscalização e controle do Estado da Bahia, observado o âmbito de suas competências, poderão solicitar cópia do Relatório Trimestral de Índices de Desempenho, verificar a exatidão do processo de aferição, bem como o integral atendimento das obrigações da **AGERBA** segundo os termos de sua contratação.

20.6 Caberá ao **Concedente**, no prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento do Relatório Trimestral dos Índices de Desempenho enviado pela **AGERBA**, apreciar, por meio da **Comissão de Gestão do Contrato**, o Relatório Trimestral e encaminhá-lo ao **Agente de Pagamento**, para pagamento, nos termos do **Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas** e de regulamentação estadual específica, independente da instauração de **Comissão de Solução de Controvérsias** para apurar e dirimir eventuais divergências, na forma da Cláusula 41.1.

20.6.1 Caso o **Concedente** não providencie tempestivamente o envio do Relatório Trimestral de **Índices de Desempenho** ao **Agente de Pagamento**, este deverá considerar os **Índices de Desempenho** como integralmente cumpridos para efeitos do cálculo do valor da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**, salvo motivo de caso fortuito ou força maior devidamente justificado pelo **Concedente**.

20.7 O valor devido após cada apuração trimestral vigorará até a realização de nova apuração trimestral e a fixação de novo valor para a **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**, com base no cumprimento dos **Índices de Desempenho**.

20.7.1 Até a data da primeira apuração, será devido à **Concessionária** o valor integral da **Contraprestação Pública Mensal Máxima**.

20.8 Na hipótese de eventuais divergências em relação às informações e medições constantes do relatório trimestral de **Índices de Desempenho**, o valor da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** informado pela **AGERBA** deverá ser regularmente pago à **Concessionária**, na forma da Cláusula 17, facultando-se a qualquer das **Partes** a prerrogativa de convocar a **Comissão de Solução de Controvérsias** de que trata a Cláusula 41.1 para a apreciação e deslinde da questão controvertida.

20.8.1 Os eventuais ajustamentos do valor da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**, para mais ou para menos, resultantes da análise das divergências pela **Comissão de Solução de Controvérsias**, incidirão

sobre a **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** imediatamente seguinte à respectiva decisão, e os acréscimos de correção monetária calculada pela variação do IPCA/IBGE.

21. Revisão Ordinária

21.1 No 7ª (sétimo) e 14º (décimo quarto) anos da **Concessão**, contados a partir **Data de Assinatura**, serão conduzidos os processos de **Revisão Ordinária** da **Concessão**, os quais poderão resultar na revisão do plano original de investimentos, dos cronogramas de **Obra** e **Serviços**, plano de seguros, garantias e dos **Índices de Desempenho**, a fim de adaptá-los às modificações ou alterações que tenham sido percebidas ao longo do tempo, sempre observando o equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** e as demais normas contratuais pertinentes.

21.2 As demandas por novos investimentos e novas **Obras** na **Concessão** deverão prioritariamente ser implementadas durante as **Revisões Ordinárias**, de modo a aprimorar o planejamento e a execução dos investimentos, mesmo no caso em que decorram de eventos ocorridos ou identificados em momentos anteriores ao processamento das **Revisões Ordinárias**, sem prejuízo de que este tema seja discutido especificamente em sede de **Revisão Extraordinária**, caso as **Partes** identifiquem essa necessidade.

21.3 Em sede de **Revisão Ordinária**, a **Concessionária** poderá propor ao **Concedente** a instalação de nova(s) praça(s) de pedágio no **Sistema Viário BA-052** mediante a apresentação de estudos técnicos e econômico-financeiros de viabilidade.

21.3.1 Caberá ao **Concedente** avaliar o material apresentado pela **Concessionária** e decidir específica e motivadamente a respeito da(s) proposta(s) de implantação da(s) nova(s) praça(s) de pedágio.

21.3.2 No caso de aceitação da proposta apresentada pela **Concedente**, a **Concessionária** será a responsável por adotar todas as medidas necessárias à instalação da nova praça de pedágio, observados os parâmetros técnicos previstos no **PER** e regulamentação aplicável.

21.3.3 Uma vez instalada a nova praça de pedágio, o **Concedente** providenciará a recomposição do **Contrato** em processo administrativo próprio, assegurado os direitos de manifestação e ao contraditório à **Concessionária**, com o objetivo de refletir a nova fonte de receita de

Tarifa de Pedágio da Concessionária na equação econômico-financeira do **Contrato**.

21.4 A revisão dos **Índices de Desempenho** poderá ser processada em sede das **Revisões Ordinárias**, podendo a **AGERBA** exigir a sua adequação ou a criação de novos indicadores que reflitam padrões de atualidade, modernidade e inovação na execução das **Obras e Serviços** objeto deste **Contrato**.

21.5 Cada **Revisão Ordinária** será processada de acordo com as seguintes etapas:

21.5.1 Recebimento, avaliação, processamento e priorização técnica de demandas e adequações ou outras necessidades observadas, bem como elaboração de projetos funcionais, conforme prévia solicitação da **AGERBA**, para o caso de demanda por novas **Obras**, intervenções ou investimentos e adequações necessários à melhoria da prestação dos **Serviços** e condições do **Sistema Viário BA-052**;

21.5.2 Priorização de investimentos, adequações e intervenções necessárias à **Concessão**, para realização em regime de prioridade pela **Concessionária** nos anos seguintes, se o caso;

21.5.3 Aprovação e definição dos novos investimentos, adequações e intervenções necessárias, pela **AGERBA**, com autorização para elaboração dos projetos executivos pela **Concessionária**.

21.5.4 Orçamentação dos investimentos, adequações e intervenções necessárias e mensuração de eventuais impactos gerados na equação econômico-financeira do **Contrato**.

21.5.5 Promoção, quando o caso, do procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, conforme as normas contratuais aplicáveis, e celebração do termo aditivo correspondente.

21.5.6 A antecipação de **Obra** prevista em plano de investimentos vigente, por proposição da **Concessionária**, deverá ser apresentada e analisada em sede de **Revisão Ordinária**, ou **Revisão Extraordinária**, se for o caso, a qual será analisada pela **AGERBA**.

21.6 Até o início do quinto e do décimo segundo ano da **Concessão**, a **Concessionária** deverá ter compilado, de acordo com a forma e o conteúdo indicados pela **AGERBA**, um relatório indicando os investimentos, as intervenções e as

adequações propostos.

21.7 O relatório deverá conter sugestão de priorização de demandas, considerando, para tanto, critérios de urgência, viabilidade de execução, conforto e melhoria na prestação dos **Serviços** aos **Usuários** e capacidade econômico-financeira da **Concessionária** de executar as **Obras**.

21.7.1 Caso a **Concessionária** esteja operando segmentos rodoviários em **Nível de Serviço E** em mais de 51 h/ano (cinquenta e uma horas por ano), os eventuais investimentos que sejam necessários para ampliação da capacidade de tais segmentos rodoviários deverão constar do planejamento apresentado pela **Concessionária**, refletido na priorização inserida na listagem apresentada à **AGERBA** a fim de readequação desse parâmetro aos níveis normais.

21.7.2 É vedada a postergação de investimentos previstos para segmentos que tenham atingido **Nível de Serviço E** superiores ao parâmetro mencionado na subcláusula 21.7.1 acima, inclusive para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.

21.8 A **Concessionária**, conforme o regramento estabelecido neste **Contrato**, deverá tomar as providências necessárias para submeter à **AGERBA** listagem acompanhada dos respectivos projetos funcionais para cada uma das demandas de intervenções, adequações e investimentos considerados necessários.

21.9 A **AGERBA** deverá, com base no relatório apresentado pela **Concessionária** e nos demais documentos, dados e informações disponibilizados, avaliar e, se for o caso, aprovar o planejamento de realização de adequações, investimentos e intervenções, determinando, quando for o caso e conforme regramento pertinente, a necessidade de adequação do plano de investimentos vigente.

21.10 A **AGERBA** poderá solicitar à **Concessionária** que adeque o plano de priorização de demandas apresentado para se conformar ao interesse público.

21.11 Com a autorização da **AGERBA**, a **Concessionária** deverá realizar os projetos executivos relacionados aos investimentos, adequações e intervenções definidas como necessárias e a sua subsequente execução.

21.12 Com base nos projetos executivos apresentados pela **Concessionária**, serão definidos os quantitativos e os cronogramas relacionados a cada investimento, adequação e/ou intervenção, com a finalidade de viabilizar sua orçamentação.

21.13 A **Concessionária** deverá apresentar formalmente para aprovação da **AGERBA** os projetos executivos e orçamentos elaborados para que esta defina os investimentos, intervenções e adequações que deverão ser realizados pela **Concessionária**.

21.14 Caso haja divergência da **AGERBA** quanto ao(s) projeto(s) executivo(s), quantitativo(s) e orçamento(s) apresentados pela **Concessionária**, a **AGERBA** poderá realizar levantamentos e estudos para demonstrar as alegadas discrepâncias e fundamentar sua decisão.

21.15 A **AGERBA** decidirá, ao final do processamento de cada uma das etapas regradadas neste Capítulo, quais serão as intervenções, investimentos e adequações que deverão ser realizadas pela **Concessionária**.

21.16 A **AGERBA** definirá a necessidade de readequação do plano de investimentos vigente, que passará a vigorar, após aprovado, sendo vinculativo para a **Concessionária** nos anos subsequentes.

21.17 Conforme a definição da necessidade de readequação do plano original de investimentos, poderão ser processadas, conforme a necessidade avaliada pela **AGERBA**, eventuais readequações do plano de seguros e das garantias para refletir a necessidade de contratação de apólices ou estruturação de demais operações que assegurem o cumprimento tempestivo, quantitativo e qualitativo, das intervenções, dos investimentos e das adequações definidas pela **AGERBA**.

21.18 Após o processamento de cada uma das etapas anteriormente descritas neste Capítulo, as **Partes** procederão ao cálculo do desequilíbrio contratual, se for o caso, considerando eventuais compensações de haveres e ônus devidos por cada uma das **Partes** e, conforme o regramento estabelecido por este **Contrato**, à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

21.19 O processo de **Revisão Ordinária** do **Contrato** deverá ser formalizado por meio de termo aditivo e modificativo ao **Contrato**.

21.20 A análise de readequações de plano de investimentos vigentes não suspende os prazos de início e conclusão das **Obras** e **Serviços** previstos no respectivo cronograma físico-executivo e/ou físico-financeiro, nem seus marcos de execução, permanecendo estes válidos e vigentes para fins de acompanhamento, fiscalização e aplicação de penalidade.

21.21 O termo aditivo e modificativo a que se refere a Cláusula 21.19 deverá, simultaneamente à inclusão de novos investimentos, estabelecer o mecanismo para reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, nos termos da Cláusula 25.

22. Revisão Extraordinária

22.1 Além dos outros casos eventualmente expressos neste **Contrato** e em seus Anexos, a **Tarifa de Pedágio** e a **Contraprestação Pública Anual Máxima** somente poderão sofrer aumentos ou reduções em decorrência de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, cujas hipóteses de cabimento, procedimento aplicável, critérios e princípios estão estabelecidos na Cláusula 25.

23. Receitas Extraordinárias

23.1 A **Concessionária** está autorizada a explorar fontes de receitas acessórias, alternativas ou complementares, entendidas aqui em seu conjunto como **Receitas Extraordinárias**, observando as normas e regulações aplicáveis.

23.1.1 A exploração de **Receitas Extraordinárias** dar-se-á diretamente ou por terceiros, mediante a gestão da **Concessionária**.

23.1.2 Caso o **Concedente** expressamente aceite a exploração de **Receita Extraordinária** por terceiro, este poderá explorá-la nos termos e condições definidos nesta Cláusula e nas demais cláusulas aplicáveis deste **Contrato**.

23.2 A exploração pela **Concessionária** de atividade econômica que enseje **Receitas Extraordinárias** dependerá de prévia anuência do **Concedente**, a qual será exarada a partir da análise do estudo de viabilidade jurídica, técnica e econômico-financeira e de plano de negócios, que deverá conter, no mínimo:

- (i) a fonte e os valores estimados da **Receita Extraordinária**, por ano ou pelo ato, quando este for individualizado;
- (ii) a natureza do serviço acessório a ser explorado e sua total desvinculação com o objeto de operação e manutenção do **Sistema Viário BA-052**;
- (iii) a ausência de qualquer conflito ou impactos negativos na **Concessão** com a exploração de referida **Receita Extraordinária**; e
- (iv) os preços a serem praticados e os parâmetros de reajuste periódicos.

23.2.1 A **AGERBA** avaliará e apresentará relatório sobre o estudo de viabilidade jurídica, técnica e econômico-financeira e o plano de negócios

apresentados nos termos desta subcláusula, cabendo ao **Concedente**, por meio da **Comissão de Gestão do Contrato**, homologar o resultado desta avaliação.

23.2.2 Caso o **Concedente** rejeite a proposta de exploração de **Receita Extraordinária**, deverá fazê-lo de maneira fundamentada, podendo apresentar proposta alternativa para que a exploração seja acatada.

23.2.3 Todas as **Receitas Extraordinárias** cuja exploração estiver permitida nos termos deste **Contrato** deverão ser exploradas de maneira economicamente viável, com qualidade e eficiência, em atenção à sua finalidade primordial de conveniência à prestação do serviço público adequado.

23.3 A **Concessionária** deverá manter contabilidade específica de cada contrato gerador das **Receitas Extraordinárias**, com detalhamento das receitas, custos e resultados brutos.

23.3.1 Qualquer transação da **Concessionária** com **Partes Relacionadas** no âmbito das **Receitas Extraordinárias** deverá ser comunicada ao **Concedente**, com informações suficientes para a respectiva avaliação econômica.

23.3.1.1 A **AGERBA** deverá avaliar se a transação comunicada foi realizada em condições equitativas de mercado e comunicar o resultado de sua avaliação ao **Concedente** no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a respectiva ciência da transação, ou em novo prazo que vier a ser determinado pelo **Concedente**.

23.3.1.2 Durante o prazo de sua análise, a **AGERBA** poderá solicitar diretamente à **Concessionária** informações adicionais sobre a transação realizada.

23.3.1.3 A **Concessionária** deverá prestar as informações requeridas na forma da subcláusula anterior em no máximo 5 (cinco) dias.

23.4 O **Concedente** fará jus ao percentual de 30% (trinta por cento) do faturamento bruto advindo das **Receitas Extraordinárias**, montante este que será destinado à diminuição do valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima** ou da **Tarifa de Pedágio**, de acordo com o disposto abaixo:

23.4.1 A **AGERBA** emitirá parecer técnico sobre a destinação dos ganhos auferidos com as **Receitas Extraordinárias**, a ser submetido à análise do **Concedente**, por meio da **Comissão de Gestão do Contrato**.

23.4.2 Após manifestação do **Concedente**, nos termos da subcláusula 23.4.1, caberá ao Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas a deliberação final sobre a destinação dos ganhos auferidos com as **Receitas Extraordinárias**, o que deverá ser objeto de termo aditivo ao **Contrato**.

23.4.3 Considerando o montante apurado das **Receitas Extraordinárias** apropriadas pelo **Concedente** no ano anterior, o **Concedente** poderá, em momento prévio ao reajuste do valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima** e da **Tarifa de Pedágio**, rever a destinação correspondente, observando-se o procedimento previsto nesta subcláusula.

24. Alocação de Riscos

24.1 Com exceção das hipóteses da subcláusula 24.2 abaixo, a **Concessionária** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à **Concessão**, inclusive, mas sem limitação, pelos seguintes riscos:

24.1.1 Funcionamento adequado do sistema de segurança do pedágio a fim de evitar o não pagamento da **Tarifa de Pedágio** pelos **Usuários**;

24.1.2 Obtenção e atualização de licenças, permissões e autorizações relativas à **Concessão**, inclusive pelos custos ambientais e demais despesas decorrentes do cumprimento dos condicionantes, elementos, exigência, compensações ou obrigações indicadas nas licenças e autorizações expedidas pelas autoridades ambientais competentes, notadamente nos casos referidos na subcláusula 5.1.1 deste **Contrato**;

24.1.2.1 Custos relativos à obtenção de licenças e autorizações ambientais para a realização de intervenções relativas à execução de **Obras**, tais como jazidas, canteiros de obras, usinas, captação de água, pedreiras, dentre outras atividades não abrangidas pela inexigibilidade de licenciamento ambiental conferida nos termos da Carta INEMA CT. ATEND N° 00122/2015, datada de 16 de setembro de 2015.

- 24.1.3** Custos excedentes relacionados aos **Serviços e Obras**, exceto nos casos previstos na subcláusula 24.2 abaixo;
- 24.1.4** Atraso no cumprimento dos cronogramas previstos ou de outros prazos de sua responsabilidade estabelecidos entre as **Partes** ao longo da vigência do **Contrato**, exceto nos casos previsto na subcláusula 24.2 abaixo;
- 24.1.5** Tecnologia empregada pela **Concessionária** nas **Obras e Serviços**;
- 24.1.6** Perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos **Bens da Concessão**, responsabilidade que não é excluída em virtude da fiscalização da **AGERBA**;
- 24.1.7** Gastos resultantes de defeitos aparentes em **Bens da Concessão**, abrangendo inclusive aqueles cedidos pelo **Concedente** passíveis de identificação;
- 24.1.8** Aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumento das taxas de juros;
- 24.1.9** Variação das taxas de câmbio;
- 24.1.10** Modificações na legislação, exceto aquelas mencionadas na subcláusula 24.2.7 abaixo;
- 24.1.11** Fatores imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, ou ainda caso fortuito ou força maior que, em condições de mercado, possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência, dentro os quais greves ou paralisações (exceto a hipótese prevista na subcláusula 24.2.5), distúrbios, quarentenas, descontinuidade do fornecimento de energia ou gás, fenômenos naturais, furacões, enchentes, e outros eventos;
- 24.1.12** Riscos que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, mas que deixem de sê-lo como resultado direto ou indireto de ação ou omissão da **Concessionária**;

- 24.1.13** Inflação superior ou inferior ao índice utilizado para reajuste da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, da **Tarifa de Pedágio** ou de outros valores previstos no **Contrato** para o mesmo período;
- 24.1.14** Prejuízos causados a terceiros, pela **Concessionária** ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela **Concessão** de responsabilidade da **Concessionária**;
- 24.1.15** Consequências decorrentes da não remoção de animais da pista do Sistema Rodoviário BA-052;
- 24.1.16** Manifestações sociais ou públicas que afetem de qualquer forma a execução das **Obras** ou a prestação dos **Serviços** relacionados ao **Contrato** por:
- (i) até 15 (quinze) dias, sucessivos ou não, a cada período de 12 (doze) meses contados a partir da **Data de Assinatura**, caso as perdas e danos causados por tais eventos não sejam objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência; e
 - (ii) até 90 (noventa) dias a cada período de 12 (doze) meses contados a partir da **Data de Assinatura**, caso as perdas e danos causados por tais eventos não sejam objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência.
- 24.1.17** Responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ao meio ambiente decorrentes da operação do **Sistema Viário BA-052** após a **Data de Assinatura** em decorrência da prática de atos de sua responsabilidade nos termos deste **Contrato**;
- 24.1.18** Recuperação, prevenção, remediação e gerenciamento dos passivos ambientais relacionados ao **Sistema Viário BA-052** posteriores à **Data de Assinatura** do **Contrato** por fato que lhe seja imputável, por culpa ou dolo.
- 24.1.19** Recuperação, prevenção, remediação e gerenciamento dos passivos ambientais relacionados ao **Sistema Viário BA-052** anteriores à **Data de Assinatura**, apenas nas hipóteses em que o equacionamento destes passivos seja necessário para a execução de **Obras** ou para

assegurar a segurança do tráfego de veículos no **Sistema Viário BA-052** até o limite global de R\$ 21.936.651,00 (vinte e um milhões, novecentos e trinta e seis mil, seiscentos e cinquenta e um Reais) na data-base de fevereiro de 2018, observada a cláusula 24.2.8.

24.1.19.1 Caso os gastos com atividades previstas nesta subcláusula 24.1.19 não atinjam o limite global nela referido, será promovido o reequilíbrio econômico-financeiro em favor do **Concedente** sobre a diferença de valor gasto pela **Concessionária** a menor, aplicando-se o disposto na Cláusula 25 deste **Contrato**.

24.1.20 Intervenções de caráter facultativo em razão de descobertas arqueológicas ou espeleológicas na área de abrangência da **Concessão**, observado o disposto na subcláusula 24.2.10.

24.1.21 Custos relativos às (i) desapropriações amigáveis ou judiciais, (ii) imposições administrativas, (iii) desocupação da faixa de domínio nos trechos do **Sistema Viário BA-052** em que haverá execução de **Obras** e (iv) reassentamento de núcleos familiares residentes em espaços lindeiros ao **Sistema Viário BA-052** nos quais sejam necessárias intervenções para a execução de **Obras** e **Serviços** em cumprimento ao objeto da **Concessão** necessários à execução do objeto deste **Contrato** até o limite global de R\$ 1.375.306,00 (um milhão, trezentos e setenta e cinco mil, trezentos e seis reais), nos termos da subcláusula 6.4.1 deste **Contrato**.

24.1.21.1 Caso os gastos com atividades previstas nesta subcláusula 24.1.21 não atinjam o limite global nela referido, será promovido o reequilíbrio econômico-financeiro em favor do **Concedente** sobre a diferença de valor gasto pela **Concessionária** a menor, aplicando-se o disposto na Cláusula 25 deste **Contrato**.

24.1.22 Gastos resultantes de **Vícios Ocultos** em **Bens da Concessão**, abrangendo inclusive aqueles cedidos pelo **Concedente**, cujo valor das intervenções seja inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com data-base do mês de fevereiro de 2018, identificados antes do 5º (quinto) ano, inclusive, da Data de Assinatura.

24.1.23 Gastos resultantes de **Vícios Ocultos** em **Bens da Concessão**, abrangendo inclusive aqueles cedidos pelo **Concedente**, identificados após o 5º (quinto) ano da **Data de Assinatura**;

24.1.24 Custos decorrentes da operação em segmentos rodoviários em **Nível de Serviços E** por menos de 51 h/ano (cinquenta e uma hora por ano), calculado anualmente pelo método *Highway Capacity Manual (HCM)* por empresa de engenharia independente contratada pela **Concessionária**.

24.1.25 Custos decorrentes da concepção, implantação e operacionalização de um Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS), observando os **Padrões de Desempenho do IFC** e documentações acessórias, conforme as diretrizes estabelecidas no Anexo 2 em até 2 (dois) anos após a **Data de Assinatura**.

24.2 A **Concessionária** não é responsável pelos seguintes riscos relacionados à **Concessão**, cuja responsabilidade é do **Concedente**:

24.2.1 Manifestações sociais e/ou públicas que afetem de qualquer forma a execução das **Obras** ou a prestação dos **Serviços** relacionados ao **Contrato**, quando tais eventos excederem os períodos estabelecidos na subcláusula 24.1.16 acima, hipótese na qual a responsabilidade do **Concedente** se resume ao período excedente aos referidos prazos previstos na subcláusula 24.1.16 acima.

24.2.2 Decisão arbitral, judicial ou administrativa que impeça ou impossibilite a **Concessionária** de prestar os serviços, ou que interrompa ou suspenda o pagamento da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** ou do **Aporte de Recursos**, a cobrança da **Tarifa de Pedágio** ou impeça seu reajuste e revisão de acordo com o estabelecido no **Contrato**, exceto nos casos em que a **Concessionária** houver dado causa a tal decisão;

24.2.3 Descumprimento, pelo **Concedente**, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos aplicáveis ao **Concedente** previstos neste **Contrato** ou na legislação vigente;

24.2.4 Atrasos ou inexecução das obrigações da **Concessionária** causados pela ação, demora ou omissão do **Concedente** e dos demais órgãos e entidades da Administração Pública, Estadual e Municipal nas providências que lhe cabem na relação contratual, exceto quando houver transferência expressa de riscos determinados à **Concessionária**;

24.2.5 Fatores imprevisíveis, previsíveis com consequências incalculáveis, ou ainda no caso fortuito ou força maior que, em condições de mercado, não possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência;

24.2.6 Alteração, pelo **Concedente**, dos encargos atribuídos à **Concessionária** no **Contrato**;

24.2.7 Criação e/ou extinção de tributos ou alterações na legislação ou na regulação tributárias, salvo aquelas atinentes a impostos/contribuições sobre a renda, que tenham impacto direto nas receitas ou despesas da **Concessionária**, relacionados especificamente com a execução do objeto deste **Contrato**.

24.2.7.1 Na hipótese de criação de contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, ou outro tributo, nos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), será considerado, para fins de apuração do impacto no equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, o prejuízo efetivamente comprovado, limitado a uma única incidência do tributo sobre o montante total de receita auferida por ano de **Concessão**.

24.2.7.2 Os riscos descritos neste subitem 24.2.7 não serão assumidos pelo **Concedente** no que disser respeito à exploração das **Receitas Extraordinárias**, e atividades relacionadas, as quais serão realizadas e exploradas sob responsabilidade exclusiva da **Concessionária**, sendo o risco tributário a ela atribuído, a não ser nas hipóteses expressamente ressalvadas neste **Contrato**.

24.2.8 Recuperação, prevenção, remediação e gerenciamento de passivos ambientais relacionados ao **Sistema Viário BA-052** prévios à **Data de Assinatura**, identificados de acordo com as melhores práticas nacionais e internacionais, exceto aqueles cujo equacionamento seja necessário para viabilizar a execução de **Obras** ou para assegurar a segurança do tráfego de veículos no **Sistema Viário BA-052**, nos termos da subcláusula 24.1.18, caso em que será responsável pelos custos que excederem o montante de R\$ 21.936.651,00 (vinte e um milhões, novecentos e trinta e seis mil, seiscentos e cinquenta e um Reais) na data-base de fevereiro de 2018.

24.2.8.1 O **Concedente** assume a responsabilidade pelos custos decorrentes da obtenção de licenças ambientais na hipótese de não haver dispensa de licenciamento ambiental, objeto da Carta INEMA CT. ATEND N° 00122/2015, datada de 16 de setembro de 2015, exceto nos casos referidos nas subcláusulas 5.1.1 e 24.1.2.1 deste **Contrato** em que o risco é da **Concessionária**.

24.2.9 Custos relativos às (i) desapropriações amigáveis ou judiciais, (ii) imposições administrativas, (iii) desocupação da faixa de domínio nos trechos do **Sistema Viário BA-052** em que haverá execução de **Obras** e (iv) reassentamento de núcleos familiares residentes em espaços lindeiros ao **Sistema Viário BA-052** nos quais sejam necessárias intervenções para a execução de **Obras** e **Serviços** em cumprimento ao objeto da **Concessão** necessários à execução do objeto deste **Contrato** que excederem o limite global de R\$ 1.375.306,00 (um milhão, trezentos e setenta e cinco mil, trezentos e seis reais) previsto na subcláusula 6.4.1 deste **Contrato**.

24.2.10 Intervenções de caráter essencial e obrigatório em razão de descobertas arqueológicas ou espeleológicas na área de abrangência da **Concessão**, observado o disposto na subcláusula 24.1.20.

24.2.11 Responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ao meio ambiente decorrentes da operação do **Sistema Viário BA-052** em razão de eventos ocorridos antes da **Data de Assinatura** e pela prática de atos sob a responsabilidade do **Concedente**.

24.2.12 Impacto financeiro na arrecadação das **Tarifas de Pedágio** em razão de eventual mudança de entendimento que implique na isenção de cobrança de veículos de transporte de carga que circularem vazios sobre os eixos que mantiverem suspensos, nos termos do art. 17 da Lei Federal n° 13.103, de 2 de março de 2015 e do Decreto Federal n° 8.433, de 16 de abril de 2015.

24.2.13 Custos da **Concessionária** decorrentes da operação em segmentos rodoviários em **Nível de Serviços E** por mais de 51 h/ano (cinquenta e uma horas por ano), calculado anualmente pelo método *Highway Capacity Manual (HCM)* por empresa de engenharia independente contratada pela **Concessionária**.

24.2.14 Gastos resultantes de **Vícios Ocultos** em **Bens da Concessão**, abrangendo inclusive aqueles cedidos pelo **Concedente**, cujo valor das intervenções seja superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com data-base do mês de fevereiro de 2018, identificados antes do 5º (quinto) ano, inclusive, da Data de Assinatura.

24.3 A **Concessionária** assume integral responsabilidade pelo conhecimento e assunção dos riscos a ela atribuídos neste **Contrato** e em seus **Anexos**, devendo promover, às suas expensas e por sua conta e risco, levantamento pormenorizado das possíveis consequências em face da eventual materialização dos riscos a ela atribuídos.

24.4 A **Concessionária** deverá adotar as soluções, processos e técnicas que julgar mais adequados e eficientes para mitigar os riscos a ela atribuídos, responsabilizando-se pelas consequências decorrentes.

24.5 A **Concessionária** não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no **Contrato** venham a se materializar.

24.6 Em caso de eventual atraso ocorrido nos termos descritos na subcláusula 24.2.3 deste **Contrato**, a **Concessionária** poderá requerer a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato e repactuação dos prazos subsequentes, caso o atraso tenha originado prejuízos econômicos comprovados ou repercussões nos demais prazos contratuais, respectivamente.

24.7 Além das regras previstas nas subcláusulas 24.1 e 24.2, o risco de demanda associado à cobrança de pedágio na ponte-travessia sobre o Rio São Francisco será compartilhado entre as **Partes**, a partir da implantação da **Ponte-Travessia** e da respectiva praça de pedágio, nos termos a seguir:

Ano de Referência	Limite Inferior Anual	Volume de Veículos Equivalentes Diário Médio Anual	Limite Superior Anual
1	1.404	1.560	1.716
2	1.437	1.597	1.757
3	1.507	1.675	1.842
4	1.629	1.811	1.992
5	1.736	1.929	2.122
6	1.830	2.033	2.237
7	1.929	2.143	2.358
8	2.008	2.232	2.455
9	2.079	2.310	2.541

10	2.151	2.390	2.629
11	2.226	2.474	2.721
12	2.304	2.560	2.816
13	2.393	2.658	2.924
14	2.488	2.764	3.041
15	2.587	2.875	3.162
16	2.690	2.989	3.288
17	2.797	3.108	3.419
18	2.880	3.200	3.520
19	2.952	3.280	3.607
20	3.025	3.361	3.697

24.7.1 O regime de bandas previsto nesta cláusula será avaliado pela **Concessionária** mediante a aplicação do **Fluxo de Caixa Marginal** e reportado com periodicidade anual à **AGERBA** para verificação e validação, na data de aniversário do **Contrato** contado a partir da **Data de Assinatura**.

24.7.2 A demanda real da **Concessão** será apurada, conforme descrito no Anexo 2 deste **Contrato** por meio da utilização de sistema de medição do tráfego por equipamentos, instalados em trechos do **Sistema Viário BA-052** de maior complexidade operacional, inclusive nos seguintes locais: (i) na praça de pedágio localizada na **Ponte-Travessia**; (ii) nos locais do **Sistema Viário BA-052** em que seja necessária a obtenção de informações e estatísticas associadas ao cumprimento de suas obrigações contratuais, em decorrência da proximidade de centros urbanos.

24.7.3 No 7º ano do **Prazo da Concessão**, contado a partir da **Data de Assinatura**, as **Partes** comporão uma comissão formada por 1 (um) membro indicado pelo **Concedente**, 1 (um) membro indicado pela **Concessionária** e 1 (um) membro indicado de comum acordo pelas **Partes** para definir nova metodologia e a forma de aplicação do sistema de compartilhamento do risco de demanda, mediante revisão da curva projetada para o regime de bandas previsto nesta cláusula, adotando-se como base as avaliações realizadas nos termos da subcláusula 24.7.1 acima.

24.7.3.1 Para fins de atendimento ao disposto nesta subcláusula, a **Concessionária** promoverá a contratação de consultor independente escolhido de comum acordo pelas **Partes**, o qual produzirá estudo de demanda específico para subsidiar os trabalhos da comissão.

24.7.3.2 A **Concessionária** terá direito ao ressarcimento dos custos incorridos na contratação do consultor independente referido na subcláusula 24.7.3.1 acima.

24.7.3.3 Caso as **Partes** não cheguem a um acordo em relação ao novo sistema de compartilhamento do risco de demanda, proceder-se-á conforme disposto na Cláusula 41 deste **Contrato**.

24.7.4 Constitui hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** em favor da **Concessionária** se a demanda real estiver igual ou abaixo do limite inferior anual e, em favor do **Concedente**, caso a demanda esteja igual ou acima do limite superior anual indicado nesta cláusula.

24.7.4.1 Uma vez constatado desequilíbrio econômico-financeiro referente ao compartilhamento do risco de demanda, será promovida a recomposição do **Contrato** em sede de **Revisão Extraordinária** a ser realizada uma única vez ao ano, na data de aniversário do **Contrato** contada a partir da **Data de Assinatura**, mediante a neutralização do **Fluxo de Caixa Marginal**, conforme disposto na subcláusula 25.8.

24.7.4.2 O **Fluxo de Caixa Marginal** deverá ser calculado a partir dos limites inferiores e superiores previstos no regime de bandas da subcláusula 24.7, sendo que a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ocorrerá proporcionalmente apenas em relação ao quantitativo que estiver aquém de referido limite, exclusive – no caso de reequilíbrio em favor da **Concessionária** – ou além de referido limite, exclusive – no caso de reequilíbrio em favor do **Concedente**.

25. Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro

25.1 Sempre que atendidas as condições do **Contrato** e mantida a repartição de riscos nele estabelecida, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

25.2 A **Concessionária** somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses previstas na subcláusula 24.2.

25.3 O **Concedente** poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico

financeiro quando cabível nos termos da lei e nas subcláusula 24.1 deste **Contrato**.

25.4 Nos casos previstos nas subcláusulas 24.1 e 24.2, a **Parte** postulante deverá enviar notificação da solicitação de recomposição à **Parte** postulada.

25.4.1 Dentro de 15 (quinze) dias a contar da entrega da notificação de solicitação para recomposição, a **Parte** postulante poderá enviar à **Parte** postulada uma segunda notificação fornecendo detalhes sobre a hipótese ensejadora da recomposição, bem como, se for o caso, informações sobre:

- (i) a data da ocorrência e provável duração da hipótese ensejadora da recomposição;
- (ii) o tempo necessário, quando for o caso, para compensar eventuais atrasos nos cronogramas previstos no **PER**;
- (iii) a estimativa da variação de investimentos, custos ou despesas, ou de variação de receitas;
- (iv) qualquer alteração necessária nas **Obras** ou nos **Serviços**;
- (v) a eventual necessidade de aditamento do **Contrato**; e
- (vi) a eventual necessidade de liberação do cumprimento de quaisquer obrigações de qualquer das **Partes**;

25.5 Dentro de 30 (trinta) dias a contar da data de entrega da primeira notificação, o **Concedente** estabelecerá prazo para que se faça a comprovação dos fatos e das condições que ensejaram a solicitação de recomposição do equilíbrio, e especialmente, de que:

25.5.1 a hipótese ensejadora da recomposição foi a causa direta dos investimentos, custos ou despesas adicionais, da perda ou aumento de receita, ou descumprimento dos **Índices de Desempenho** previstos no Anexo 3; e

25.5.2 os investimentos, custos ou despesas adicionais, da perda ou aumento de receita, o descumprimento dos **Índices de Desempenho** previstos no Anexo 3 ou a liberação do cumprimento de certas obrigações contratuais não puderam e não poderiam ser evitados, mitigados ou recuperados pela **Concessionária** ou por seus contratados, atuando com diligência,

prudência e perícia, por meio da adoção de medidas que estivessem ou estejam a seu alcance, incluindo, quando for o caso, o uso de avaliações de mercado e demonstração de como as hipóteses vêm afetando os preços cobrados por outros negócios semelhantes ao objeto do **Contrato**.

25.6 O **Concedente**, observada a subcláusula 12.3, item iii, examinará as informações fornecidas pela **Concessionária** e decidirá, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, pelo cabimento ou não da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

25.6.1 A **AGERBA** avaliará tecnicamente o cabimento da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** e produzirá parecer não vinculante a ser considerado pelo **Concedente**.

25.6.2 A critério do **Concedente**, o prazo pode ser prorrogado uma única vez, justificadamente, por até 90 (noventa) dias.

25.7 No caso de recomposição em favor do **Concedente**, este deverá comunicar a **Concessionária** para que esta manifeste sua concordância, apresente proposta de acordo ou realize defesa no prazo de 30 (trinta) dias.

25.7.1 Recebido o requerimento ou a manifestação da **Concessionária** na forma da subcláusula 25.7 ou, transcorrido o prazo, o **Concedente** decidirá motivadamente no prazo de 30 (trinta) dias sobre o reequilíbrio do **Contrato**.

25.7.2 A decisão do **Concedente** de que trata a subcláusula anterior obrigará as **Partes** até o advento de decisão judicial ou arbitral, caso aplicável, ou acordo celebrado no âmbito de procedimento instaurado perante a **Comissão de Solução de Controvérsias**, nos termos da Cláusula 41.1

25.8 O processo de recomposição será realizado de forma que seja nulo o valor presente líquido do **Fluxo de Caixa Marginal** projetado em razão do evento que ensejou a recomposição, considerando (i) os fluxos dos dispêndios marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição e (ii) os fluxos das receitas marginais resultantes da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

25.8.1 Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais serão utilizados critérios de mercado para estimar o valor dos investimentos e encargos resultantes do evento que deu causa ao desequilíbrio.

25.8.2 A **AGERBA** participará do processo referido na subcláusula acima.

25.8.3 Ajustes e alterações incidentes em um fluxo de caixa marginal já formalizado deverão manter a mesma taxa de desconto nele pactuada.

25.8.4 A taxa de desconto real anual a ser utilizada no cálculo do valor presente de que trata a Cláusula 25.8 será composta pela média dos últimos 12 (doze) meses da taxa bruta de rendimentos da venda das Notas do Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B) ou, na ausência deste, outro que o substitua, ex-ante a dedução do imposto sobre a renda, com vencimento em 15/05/2035 ou vencimento mais compatível com a data do termo contratual, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada no início de cada ano contratual, capitalizada de um spread ou sobretaxa sobre os juros equivalente a 183,07 % a.a. (cento e oitenta e três inteiros e sete centésimos por cento), ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

25.8.5 A taxa de desconto indicada na cláusula 25.8.4 acima deverá, para todos os efeitos, ser considerada em termos reais, isto é, sem considerar a parcela relacionada à variação do IPCA/IBGE.

25.9 Ao final do procedimento indicado nas subcláusulas anteriores, caso a recomposição tenha sido julgada cabível, o **Concedente** poderá adotar, a seu exclusivo critério, e ouvida a **Concessionária**, uma ou mais das seguintes formas de recomposição:

25.9.1 aumento ou redução do valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, inclusive para fins de compensação dos custos e despesas adicionais ou da perda de receita efetivamente ocorrida em função do fato de desequilíbrio;

25.9.2 alteração do **Prazo da Concessão**, respeitados os limites da lei, exceto nos 5 (cinco) primeiros anos de **Concessão**, período em que esta forma de recomposição não poderá ser utilizada;

25.9.3 Nova(s) Praça(s) de Pedágio, validada(s) pela AGERBA;

25.9.4 modificação, de forma proporcional, de obrigações contratuais da **Parte**, diretamente relacionadas à hipótese ensejadora da recomposição;

25.9.5 aumento ou redução, de forma proporcional, do valor da **Tarifa de**

Pedágio;

25.9.6 pagamento à **Concessionária**, pelo Estado, dos investimentos, custos ou despesas adicionais que tenham sido efetivamente incorridos, ou do valor equivalente à perda de receita efetivamente ocorrida;

25.9.7 indenização de valores meramente residuais eventualmente não abrangidos pelas hipóteses anteriores decorrente do tempo entre a conclusão do processo de recomposição e o efetivo pagamento; ou

25.9.8 combinação dos mecanismos anteriores.

25.10 Os processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não poderão alterar a alocação de riscos originalmente prevista no **Contrato**.

25.11 Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados e não previstos no **Contrato**, o **Concedente** poderá requerer à **Concessionária**, previamente ao processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a elaboração do projeto básico dos serviços, considerando que:

25.11.1 o projeto básico deverá conter todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas do impacto dos investimentos e serviços sobre as receitas da **Concessionária**, segundo as melhores práticas e critérios de mercado, tudo de acordo com as normas técnicas e diretivas eventualmente estabelecidas pelo **Concedente** sobre o assunto;

25.11.2 o **Concedente** estabelecerá o valor limite do custo dos projetos e estudos a serem considerados como dispêndio marginal para efeito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

25.12 A omissão de qualquer das **Partes** em solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro importará a renúncia desse direito após o prazo de 5 (cinco) anos contado a partir do evento que der causa ao desequilíbrio.

25.13 Ressalvadas as hipóteses de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstas nesta Cláusula, na Cláusula 24 e as hipóteses de reajuste previsto na Cláusula 19, não haverá qualquer outra espécie de revisão das condições originalmente estabelecidas no **Contrato**.

CAPÍTULO IV – DOS SEGUROS E GARANTIAS

26. Seguros

26.1 Durante todo o **Prazo da Concessão**, a **Concessionária** deverá contratar e manter em vigor, com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, no mínimo, as apólices de seguro indicadas na subcláusula 26.12 abaixo, conforme disponibilidade no mercado brasileiro e sem prejuízo dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, sob pena de decretação de caducidade da **Concessão**.

26.2 Os seguros elencados na subcláusula 26.12 deverão ser revisados de comum acordo entre **Concedente** e **Concessionária**, sempre que seja necessária a sua compatibilização com as necessidades concretas das **Obras e Serviços** que compõem o objeto da **Concessão** e com a disponibilidade existente no mercado de seguros brasileiro.

26.3 Na contratação das apólices de seguro, a **Concessionária** deverá observar as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de seguros no Brasil, sendo vedada a imposição de procedimentos adicionais ou protelatórios ao pagamento dos valores garantidos.

26.4 Nenhuma Obra ou **Serviço** poderá ter início ou prosseguir sem que a **Concessionária** apresente ao **Concedente** comprovação de que as apólices dos seguros exigidos no **Contrato** estão em vigor e observam as condições estabelecidas pelo **Concedente**, conforme regulamentação securitária.

26.5 As apólices de seguro contratadas pela **Concessionária** deverão conter expressamente cláusula de obrigação de solicitação à Seguradora de reintegração das importâncias seguradas diretamente à Sociedade Seguradora Líder, nos termos das normas instuídas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, de forma incondicionada, inclusive no que se refere à Responsabilidade Civil, observadas as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de Seguros no Brasil, a não ser que essa cobertura não esteja disponível no mercado segurador, o que deve ser confirmado por carta encaminhada ao **Concedente** e subscrita pela seguradora ou resseguradora.

26.6 No caso de inexistência da cobertura ou da impossibilidade de recomposição automática e incondicionada dos valores que seriam objeto do seguro, o **Concedente** poderá demandar alternativas para assegurar as obrigações principais assumidas pela

Concessionária no âmbito da **Concessão**, as quais poderão ser estruturadas por meio de instrumento de contrato específico.

26.7 O **Concedente** deverá figurar como um dos cossegurados nas apólices de seguros referidas no **Contrato**, devendo o cancelamento, suspensão, modificação ou substituição de quaisquer apólices ser previamente autorizado pelo **Concedente**.

26.8 A **Concessionária** poderá alterar coberturas e franquias, bem como quaisquer condições das apólices contratadas, para adequá-las conforme o desenvolvimento das atividades objeto da **Concessão**, em cronograma diverso daquele previsto no Anexo 2, sendo necessária, contudo, a prévia aprovação por escrito do **Concedente**.

26.9 Os recursos provenientes de eventual pagamento de indenização deverão ser utilizados para garantir a continuidade da operação, exceto quando o **Concedente** vier a responder pelo sinistro, hipótese em que as apólices de seguros deverão prever a sua indenização direta.

26.10 As apólices de seguros poderão estabelecer como beneficiária da indenização instituição financeira credora da **Concessionária**.

26.11 Pelo descumprimento da obrigação de contratar ou manter atualizadas as apólices de seguro, o **Concedente** aplicará multa, de acordo com o previsto na Cláusula 32 deste **Contrato**, até apresentação das referidas apólices ou do respectivo endosso, sem prejuízo de outras medidas previstas no **Contrato**.

26.12 A **Concessionária** deverá contratar e manter em vigor, no mínimo, sem a eles se limitar, os seguintes seguros:

- (i) Seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais cobrindo perda, destruição ou dano em todos ou em qualquer bem integrante da **Concessão**, devendo tal seguro cobrir aquilo que se inclui, normalmente, de acordo com padrões internacionais para empreendimentos desta natureza, nas seguintes modalidades:
 - a) danos patrimoniais;
 - b) pequenas obras de engenharia (bens públicos existentes no **Sistema Viário BA-052** transferidos para a **Concessionária**);
 - c) tumultos, vandalismos, atos dolosos;
 - d) incêndio, raio e explosão de qualquer natureza;
 - e) danos a equipamentos eletrônicos (baixa voltagem);

- f) roubo e furto qualificado (exceto valores);
- g) danos elétricos;
- h) vendaval, fumaça;
- i) danos causados a objetos de vidros;
- j) acidentes de qualquer natureza;
- k) alagamento, inundação;

(ii) Seguro de Responsabilidade Civil:

- a) danos causados a terceiros;
- b) cobertura adicional para responsabilidade cruzada;
- c) acidentes de qualquer natureza envolvendo terceiros;
- d) acidentes de trabalho para os empregados envolvidos, conforme legislação em vigor;
- e) danos decorrentes de poluição súbita; e
- f) cobertura adicional para responsabilidade cruzada;

(iii) Seguro de riscos de engenharia do tipo “todos os riscos” que deverão estar vigentes durante todo o período de execução das obras envolvendo a cobertura de quaisquer investimentos, custos e/ou despesas pertinentes às obras civis e à infraestrutura (construção instalações e montagem, englobando todos os testes de aceitação), bem como:

- a) cobertura básica de riscos de engenharia;
- b) erros de projetos;
- c) risco do fabricante;
- d) despesas extraordinárias;
- e) despesas de desentulho;

f) alagamento, inundação;

g) período de testes e danos externos causados aos equipamentos utilizados nas obras;

26.13 As coberturas de seguro previstas nesta Cláusula deverão incluir cobertura de danos causados por evento de força maior ou caso fortuito sempre que forem seguráveis.

26.14 A **Concessionária** é responsável pelo pagamento integral dos prêmios e da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no **Contrato**;

26.15 Os montantes cobertos pelos seguros de danos materiais e pelos seguros de responsabilidade civil, incluídos aqueles referentes a danos morais, deverão atender os limites máximos de indenização calculados com base no maior dano provável.

26.16 A **Concessionária** deverá informar ao **Concedente** todos os bens cobertos pelos seguros e a forma de cálculo do limite máximo de indenização prevista em cada apólice de seguro contratada.

26.17 A **Concessionária** assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissões decorrentes da realização dos seguros de que trata o **Contrato**.

26.18 Nas apólices de seguros deverá constar a obrigação de as seguradoras informarem, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da efetiva ocorrência, à **Concessionária**, ao **Concedente** e à **AGERBA**, as alterações nos contratos de seguros, principalmente as que impliquem o cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s) contratado(s), aumento de franquia ou redução das importâncias seguradas.

26.19 A seguradora deverá renunciar a todos os direitos de regresso contra o **Concedente**, ainda que cabíveis.

26.20 As apólices de seguro deverão ter vigência mínima de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura da apólice, devendo ser renovadas sucessivamente por igual período durante o **Prazo da Concessão**.

26.21 A **Concessionária** deverá encaminhar ao **Concedente**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu vencimento, documento comprobatório de que as apólices dos seguros foram renovadas ou serão automática e incondicionalmente renovadas imediatamente após seu vencimento.

26.21.1 Caso a **Concessionária** não encaminhe os documentos comprobatórios da renovação dos seguros no prazo previsto, o **Concedente** poderá contratar os seguros e cobrar da **Concessionária** o valor total do seu prêmio a qualquer tempo ou considerá-lo para fins de recomposição do reequilíbrio econômico do **Contrato**, sem eximir a **Concessionária** das penalidades previstas neste **Contrato**.

26.21.2 Nenhuma responsabilidade será imputada ao **Concedente** caso ele opte por não contratar seguro cuja apólice não foi apresentada no prazo previsto pela **Concessionária**.

26.22 A **Concessionária** deverá encaminhar anualmente ao **Concedente** cópia autenticada das apólices dos seguros contratados e renovados.

27. Garantia de Execução do Contrato pela Concessionária

27.1 A **Concessionária** deverá manter, em favor do **Concedente**, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, **Garantia de Execução do Contrato** nos valores indicados na tabela abaixo, cuja data de referência é fevereiro de 2018:

ANO	VALOR
Ano 1	84.263.093,00
Ano 2	17.875.674,00
Ano 3	60.204.676,00
Ano 4	77.467.053,00
Ano 5	28.889.430,00
Ano 6	33.999.208,00
Ano 7	33.789.934,00
Ano 8	33.654.336,00
Ano 9	54.957.292,00
Ano 10	59.086.157,00

Ano 11	30.766.049,00
Ano 12	30.387.933,00
Ano 13	30.028.909,00
Ano 14	29.701.877,00
Ano 15	29.393.572,00
Ano 16	29.300.558,00
Ano 17	29.041.349,00
Ano 18	28.403.162,00
Ano 19	28.187.916,00
Ano 20	28.100.704,00

27.1.1 Os anos do **Contrato** indicados na tabela acima são contados a partir da **Data de Assinatura**.

27.1.2 A **Garantia de Execução do Contrato** será reajustada anualmente, na mesma data dos reajustes da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, de acordo com a fórmula abaixo:

$$GE_t = GE_0 \times IPCA_t / IPCA_0$$

Onde:

GE₀: é o Valor da Garantia de Execução referente à subcláusula a 27.1 na data fevereiro de 2018

GE_t: é o Valor da Garantia de Execução referente à subcláusula a 27.1 no ano contratual *t*

IPCA₀: é o número índice do IPCA/IGBE na data fevereiro de 2018

IPCA_t: é o número índice do IPCA/IGBE do segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual *t*

27.2 A **Concessionária** permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de eventuais multas e indenizações, independentemente da utilização da **Garantia de Execução do Contrato**.

27.3 A Garantia de Execução do Contrato, a critério da **Concessionária**, poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

27.3.1 Caução, em dinheiro ou títulos da dívida pública federal, aceitando-se apenas Tesouro Prefixado (LTN), Tesouro Selic (LFT), Tesouro IPCA+ (NTN-B Principal), Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F), devendo estes ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, ou os que venham a substituí-los.

27.3.2 Fiança bancária, na forma do modelo que integra o Anexo 4; ou

27.3.3 Seguro-garantia, cuja apólice deve observar, no mínimo, o conteúdo do Anexo 5.

27.4 As cartas de fiança e as apólices de seguro-garantia deverão ter vigência mínima de 1 (um) ano a contar da **Data de Assinatura**, sendo de inteira responsabilidade da **Concessionária** mantê-las em plena vigência e de forma ininterrupta durante todo o **Prazo da Concessão**, devendo para tanto promover as renovações e atualizações que forem necessárias.

27.4.1 Qualquer modificação ao conteúdo da carta de fiança ou do seguro-garantia deverá ser previamente submetida à aprovação do **Concedente**.

27.4.2 A **Concessionária** deverá encaminhar ao **Concedente**, em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência, documento comprobatório de que as cartas de fiança bancária ou apólices dos seguros-garantia foram renovadas e tiveram seus valores reajustados na forma da subcláusula 27.1.2.

27.4.3 A fiança bancária referida nesta cláusula deverá ser contratada com **Instituições Financeiras de Primeira Linha**, assim entendidas aquelas cuja classificação de risco esteja compreendida na categoria “grau de investimento” em, pelo menos, uma das seguintes agências: Fitch, Standard & Poors ou Moody’s.

27.4.4 A apólice de seguro-garantia referida nesta Cláusula deverá (i) ser emitida por seguradora devidamente registrada junto à Superintendência

de Seguros Privados - SUSEP; (ii) ser apresentado o original da apólice ou cópia digital, devidamente certificada ou, ainda, sua segunda via emitida em favor do **Concedente**, observadas as condições do Anexo 5.

27.5 Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no **Contrato** e na regulamentação vigente, a **Garantia de Execução do Contrato** poderá ser utilizada pelo **Concedente** nos seguintes casos:

27.5.1 Quando a **Concessionária** não realizar as obrigações de investimentos previstas no **Contrato** ou não adotar as providências necessárias ao atendimento dos **Índices de Desempenho**, ou executá-las em desconformidade com o estabelecido nos **Anexos** deste **Contrato**;

27.5.2 Quando a **Concessionária** não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma do **Contrato**;

27.5.3 Nos casos de devolução de **Bens Reversíveis** em desconformidade com as exigências estabelecidas no **Contrato**;

27.5.4 Quando o **Concedente** for obrigado a contratar os seguros previstos neste **Contrato**, diante da omissão da **Concessionária**, na forma da subcláusula 26.21.1; e

27.5.5 No caso de eventuais atrasos na execução do cronograma, por fato imputável à **Concessionária**, de atividades relativas à **Ponte-Travessia** ou a não entrega desta, conforme exigido neste Contrato.

27.6 A **Garantia de Execução do Contrato** também poderá ser executada, sem qualquer outra formalidade além do envio de notificação pelo **Concedente**, sempre que a **Concessionária** não adotar providências para sanar inadimplemento de obrigação legal, contratual ou regulamentar, o que não eximirá a **Concessionária** das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo **Contrato**.

27.7 Sempre que o **Concedente** utilizar a **Garantia de Execução do Contrato**, a **Concessionária** deverá proceder à reposição do seu montante integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua utilização, sendo que, durante este prazo, a **Concessionária** não estará eximida das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo **Contrato**.

27.8 A **Garantia de Execução do Contrato** deverá permanecer em vigor até, no mínimo, 180 (cento e oitenta dias) após o advento do termo contratual.

27.9 A **Garantia de Execução do Contrato** prestada será restituída ou liberada após a integral execução de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente conforme dispõe o artigo 136, § 6º, da Lei estadual nº 9.433/05.

27.9.1 A restituição ou liberação da garantia dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias da **Concessionária**.

27.9.2 Todas as despesas decorrentes da instituição e manutenção da **Garantia de Execução do Contrato** correrão por conta da **Concessionária**.

28. Garantia Pública

28.1 Os pagamentos das **Contraprestações Públicas Mensais Efetivas** serão realizados mediante depósito pecuniário em conta corrente segregada e gerenciada pelo **Agente de Pagamento**, na forma da Lei Estadual nº 11.477/2009, e Anexo 7 deste **Contrato**.

28.1.1 Os recursos apartados do **FPE**, tal como previsto no **Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento**, serão utilizados para o adimplemento (i) das **Contraprestações Públicas Mensais Efetivas**; (ii) das parcelas adicionais ao valor das **Contraprestações Públicas Mensais Efetivas** decorrentes dos mecanismos de compartilhamento de risco previstos nas cláusulas 6.4.2.3 e 6.4.2.4; (iii) das indenizações em geral devidas pelo **Concedente** à **Concessionária**, sobretudo aquelas decorrentes das hipóteses de extinção antecipada do **Contrato**; e (iv) à remuneração do Agente de Pagamento e DESENBAHIA.

28.2 O fiel adimplemento das obrigações pecuniárias do **Concedente** no âmbito do presente **Contrato** será garantido com cotas do **FGBP**, nos termos da Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012 e alterações legislativas posteriores, bem como do seu Estatuto e Regulamento.

28.3 As obrigações pecuniárias do **Concedente** garantidas pelo **FGBP** são as decorrentes de (i) **Contraprestações Públicas**, (ii) as parcelas adicionais ao valor das **Contraprestações Públicas Mensais Efetivas** decorrentes dos mecanismos de compartilhamento de risco previstos nas cláusulas 6.4.2.3 e 6.4.2.4, e (iii) indenizações em geral devidas pelo **Concedente** à **Concessionária**, sobretudo aquelas decorrentes

das hipóteses de extinção antecipada do **Contrato**.

28.4 A garantia referida na subcláusula 28.3 será constituída pelo FGBP mediante caução em dinheiro em conta vinculada às obrigações acima referidas.

28.5 A **Garantia Pública** será constituída pelo período necessário à cobertura das obrigações previstas na subcláusula 28.3, e será composta pelo saldo mínimo correspondente ao valor de 6 (seis) **Contraprestações Públicas Mensais Máximas** durante todo o **Prazo da Concessão**.

28.6 O FGBP assumirá, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiador solidariamente responsável pelo fiel cumprimento das obrigações mencionadas na Cláusula 28.3, que vigorará, de acordo com o disposto nesta Cláusula e no(s) contrato(s) de garantia a ser(em) celebrado(s) com a **Concessionária**, a partir do início da vigência do **Contrato**, até a liquidação final, pelo **Concedente**, da última parcela da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**, renunciando expressamente ao benefício previsto no artigo 827 do Código Civil.

CAPÍTULO V – DA ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA

29. Capital Social da Concessionária

29.1 O capital social subscrito da **Concessionária** deverá ser de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), dos quais R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) foram integralizados até a **Data de Assinatura** do **Contrato**.

29.2 Até o 5º (quinto) ano da **Concessão**, período contado da **Data de Assinatura**, deverão ser integralizados os demais R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) no capital social da **Concessionária**.

29.3 O capital social subscrito mínimo da **Concessionária** será de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de Reais), valor este a ser mantido ao longo de todo o **Prazo da Concessão**.

29.4 A **Concessionária** não poderá, durante o **Prazo da Concessão**, reduzir seu capital social abaixo do valor mínimo estabelecido na Cláusula 29.3 acima, sem a prévia e expressa anuência por escrito do **Concedente**.

30. Transferência de Controle

30.1 A **Concessionária** deve comunicar imediatamente ao **Concedente** as alterações na sua composição societária descrita no Anexo 6, existente à **Data de Assinatura do Contrato**, inclusive quanto aos documentos constitutivos e posteriores alterações, respeitadas as obrigações definidas no **Contrato** referentes à titularidade e transferência do **Controle** da **Concessionária**.

30.1.1 Qualquer transferência no **Controle** da **Concessionária** deverá ser previamente autorizada pelo **Concedente**, nos termos da subcláusula 30.1.3 abaixo.

30.1.2 Alterações societárias que não impliquem transferência de **Controle** ou retirada da empresa detentora da qualificação técnica exigida no item 13.4 do Edital deverão ser simplesmente comunicadas ao **Concedente**.

30.1.3 As transferências de controle somente serão autorizadas pelo **Concedente** quando o pretendente:

- (i) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção da **Concessão** e
- (ii) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas previstas no presente **Contrato** e em seus Anexos.

31. Assunção do Controle pelos Financiadores

31.1 Os contratos de financiamento da **Concessionária** poderão outorgar aos financiadores, de acordo com as regras de direito privado aplicáveis, o direito de assumir o Controle da **Concessionária** em caso de inadimplemento contratual pela **Concessionária** dos referidos contratos de financiamento ou do **Contrato**, bem como dos *covenants* financeiros a serem cumpridos pela **Concessionária**.

31.1.1 Quando configurada inadimplência do financiamento por parte da **Concessionária**, que possa dar ensejo à transferência mencionada nesta cláusula, o financiador deverá notificar a **Concessionária** e o **Concedente**, informando sobre a inadimplência e abrindo à **Concessionária** prazo de 15 (quinze) dias para quitar o valor devido.

31.1.2 Decorrido o prazo referido na subcláusula acima e mantido o inadimplemento por parte da **Concessionária**, os financiadores poderão

assumir a **Concessão**, comunicando formalmente sua decisão ao **Concedente** com antecedência prévia de 5 (cinco) dias, devendo:

- (i) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do **Contrato**, do **Edital** e seus Anexos; e
- (ii) informar que atendem aos requisitos de regularidade jurídica e fiscal necessários à assunção dos serviços.

31.1.3 A assunção referida na subcláusula anterior também poderá ocorrer no caso de inadimplemento da **Concessionária** na execução do **Contrato**, que inviabilize ou coloque em risco a **Concessão**, sendo que a transferência aos financiadores terá por objetivo promover a reestruturação financeira da **Concessionária** e assegurar a continuidade da operação da **Concessão**.

31.1.4 Os contratos de financiamento apresentados ao **Concedente** deverão indicar os dados de contato dos financiadores com o intuito de que estes sejam comunicados da eventual instauração de processo administrativo pelo **Concedente** para investigação de inadimplemento contratual pela **Concessionária**.

31.1.5 A assunção do controle da **Concessionária** nos termos desta cláusula não alterará as obrigações da **Concessionária** e de seus controladores perante o **Concedente**.

31.1.6 Os financiadores não serão responsáveis pelas obrigações que sejam de responsabilidade direta dos antigos acionistas da **Concessionária**.

31.1.7 Eventual transferência posterior do controle da **Concessionária** pelos financiadores a terceiros dependerá de autorização prévia do **Concedente**, condicionada à demonstração de que o destinatário da transferência atenda às exigências técnicas, financeiras e de regularidade jurídica e fiscal exigidas pelo Edital, consideradas proporcionalmente ao estágio de execução do **Contrato**.

32. Sanções

32.1 O não cumprimento das cláusulas deste **Contrato**, de seus **Anexos** e do **Edital**, da legislação e regulamentação aplicáveis ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades eventualmente previstas na legislação e na

regulamentação pertinentes, a aplicação das seguintes penalidades contratuais:

- (i) Multas, quantificadas e aplicadas na forma deste **Contrato**;
- (ii) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **Concedente**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- (iii) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual.

32.1.1 As sanções previstas nos subitens (ii) e (iii) desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item (i), facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, nos termos deste **Contrato**, da legislação vigente à época da infração e em conformidade com o devido processo legal.

32.2 Salvo disposição em contrário neste **Contrato**, as condutas previstas nos arts. 185 e 199 da Lei estadual nº 9.433, de 1º de março de 2005, sujeitam os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

32.3 O processo de apuração de penalidades terá início com ato administrativo fundamentado do **Concedente**, contendo a descrição da infração.

32.3.1 Caberá à **Concessionária** a apresentação de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, pelo **Concedente**, do ato por ela praticado, sendo facultada a produção de provas admitidas em direito.

32.3.2 Concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

32.3.3 Não acolhidos os motivos apresentados pela **Concessionária** ou transcorrido o prazo de que trata a subcláusula 32.3.1 sem a apresentação de defesa, a **Concessionária** será intimada e ser-lhe-á aplicada a sanção cabível.

32.3.4 A intimação referida na subcláusula 32.3.3 será realizada por escrito mediante recibo, determinando, quando se tratar de multa, o pagamento no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis a contar de seu recebimento, se outro prazo não for definido.

32.3.5 Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da intimação pela **Concessionária**.

32.3.5.1 A **Autoridade Competente** poderá, motivadamente, desde que presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva ao recurso referido na subcláusula 32.3.5.

32.4 Para a aplicação das penalidades serão levados em conta a natureza da falta, a gravidade do ilícito, os prejuízos advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato, observando-se os critérios de simetria estabelecidos pelo Decreto estadual nº 13.967, de 7 de maio de 2012.

32.4.1 A classificação dos ilícitos administrativos, segundo a sua natureza, observará o art. 14 do Decreto estadual nº 13.967, de 7 de maio de 2012.

32.4.2 Além das hipóteses previstas no art. 14, IV, do Decreto estadual nº 13.967, de 7 de maio de 2012, classifica-se como ilícito administrativo de natureza gravíssima a não contratação ou a não manutenção em vigor, pela **Concessionária**, da **Garantia de Execução do Contrato** ou dos seguros exigidos no **Contrato**.

32.4.3 Além das circunstâncias agravantes previstas no art. 15 do Decreto estadual nº 13.967, de 7 de maio de 2012, serão considerados para fins de apuração da gravidade do ilícito:

32.4.3.1 a extensão dos danos causados pela **Concessionária** aos **Serviços**, ao **Concedente** ou aos **Usuários**;

32.4.3.2 a comprovada má-fé da **Concessionária** na prática do ilícito;

32.4.3.3 quando da infração decorrer benefício direto ou indireto para a **Concessionária**;

32.4.3.4 a auferição de vantagens pela **Concessionária** em decorrência do ilícito;

32.4.3.5 o prejuízo, sem possibilidade de remediação, causado pela **Concessionária** na prestação dos **Serviços**;

32.4.3.6 o prejuízo econômico significativo para o **Concedente** em decorrência do ilícito cometido pela **Concessionária**;

32.4.3.7 a constatação, pelo **Concedente**, diante das circunstâncias do **Serviço** e do ato praticado pela **Concessionária**, que seu comportamento reveste-se de grande lesividade ao interesse público, por prejudicar, efetiva ou potencialmente, a vida ou a incolumidade física dos **Usuários**, a saúde pública, o meio ambiente, o erário ou a continuidade dos **Serviços**.

32.4.4 Além das circunstâncias atenuantes previstas no art. 15 do Decreto estadual nº 13.967/12, será considerada para fins de apuração da gravidade do ilícito a situação econômica e financeira da **Concessionária**, em especial a sua capacidade de honrar compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do **Contrato**.

32.4.5 A avaliação do prejuízo advindo para a Administração Pública e da reincidência observarão os arts. 16 e 17 do Decreto estadual nº 13.967, de 7 de maio de 2012.

32.5 Não cabe aplicação de penalidade pelo mesmo fato gerador que ensejou a redução no **Índice de Desempenho**.

32.6 A segunda redução no **Índice de Desempenho** pelo mesmo fator gerador constitui hipótese de aplicação de penalidade.

32.7 A inexecução contratual em hipóteses perfeitamente remediáveis ou escusáveis não será punida com a pena de que trata a subcláusula 32.1, item “ii”, sem excluir a aplicação da multa correspondente pela infração.

32.8 Em casos de inexecução contratual, inclusive o descumprimento de prazos intermediários dos cronogramas, o **Concedente** poderá aceitar nova programação para a realização da atividade ou do serviço ainda não executado ou executado em desconformidade, desde que:

32.8.1 em situações perfeitamente remediáveis ou escusáveis e das quais a **Concessionária** não se beneficie ou aproveite;

32.8.2 não seja alterada a data final do Cronograma de Implantação originariamente previsto para a execução do PER.

32.9 A decisão sobre a aceitação da nova programação, a cargo de **Comissão de Gestão do Contrato**, será fundamentada e norteadada por critérios técnicos, devendo contar com a aprovação da **Autoridade Competente**.

32.10 Nos casos em que a aceitação da nova programação puder ensejar reequilíbrio econômico financeiro do **Contrato**, a decisão caberá ao **Conselho Gestor de PPP**, nos termos do art. 24, §4º, da Lei estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004.

32.11 Independentemente da aprovação da nova programação referida na subcláusula 32.8.2, será instaurado o processo de apuração de penalidades previsto na subcláusula 32.3, ficando suspensa a aplicação da penalidade.

32.11.1 A suspensão da aplicação da penalidade somente poderá ser deferida quando o prazo previsto da nova programação para a realização da atividade ou do serviço não implicar prescrição da pretensão punitiva do **Concedente**.

32.12 Cumprido o prazo estabelecido na nova programação e recuperado o cronograma original, a penalidade, inclusive multa, será extinta pelo **Concedente**.

32.13 Não cumprido o prazo previsto na nova programação, será retomado o processo para aplicação da penalidade, incidindo juros de mora em caso de multa, hipótese em que não será permitida a apresentação de nova programação.

32.14 Os juros de mora serão indexados à taxa SELIC e serão calculados *pro rata die* compreendendo o período a que alude a subcláusula 32.3.4 e a data da elaboração do documento de cobrança.

32.14.1 O documento de cobrança será emitido no dia útil imediatamente posterior ao prazo não cumprido da nova programação, devendo a **Concessionária** recolher a multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

32.15 Após observados os critérios previstos na subcláusula 32.4, nenhuma multa aplicada à **Concessionária** será inferior à 0,01%% (um centésimo por cento) do valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, salvo as multas diárias, ou superior à 1 (um por cento) da **Contraprestação Pública Anual Máxima**.

32.16 No caso de infrações continuadas, serão fixadas multas diárias enquanto perdurar o descumprimento.

32.17 A soma das multas aplicadas à **Concessionária** no período de um ano não

poderá ultrapassar 10% (dez por cento) do valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima**.

32.18.1 A reincidência da **Concessionária** na situação prevista nesta subcláusula 32.17 poderá ensejar a decretação de caducidade da **Concessão**, a critério do **Concedente**.

32.18 As multas não terão caráter indenizatório.

32.19 As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas serão destinadas ao **Concedente**.

32.20 A sanção de multa será quantificada conforme os parâmetros estabelecidos neste **Contrato** e na legislação estadual aplicável.

32.21 Será aplicada à Concessionária:

32.22.1 Multa diária, no percentual de 0,01% (um centésimo por cento) do valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, na hipótese de não contratação ou manutenção atualizada das apólices dos seguros exigidas neste **Contrato**;

32.22.2 Multa diária, no percentual de 0,01% (um centésimo por cento) do valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, na hipótese de não constituição ou manutenção da **Garantia de Execução do Contrato** nos termos exigidos neste **Contrato**;

32.22.3 Multa diária, correspondente no percentual de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, em função do descumprimento de determinada obrigação prevista no **PER** – Anexo 2;

32.22.4 Multa diária, no percentual de 0,01% (um centésimo por cento) do valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, na hipótese de não obtenção das licenças e autorizações previstas no **Contrato**, desde que comprovada a inexistência de omissão ou culpa da **Concessionária** na adoção das providências necessárias;

32.22.5 Multa diária, no percentual de 0,01% (um centésimo por cento) do valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, na hipótese de desrespeito ao dever de transparência na apresentação de informações econômicas, contábeis, técnicas, financeiras e outras relacionadas à execução deste **Contrato**;

32.22.6 Multa diária, no percentual de 0,01% (um centésimo por cento) do valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, na hipótese de desrespeito pela **Concessionária** das solicitações, notificações e determinações do **Concedente**;

32.22.7 Multa no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, no caso de um mesmo **Índice de Desempenho** relativos à prestação dos **Serviços** em percentual inferior a [--], nos termos do Anexo 3 do Contrato de Concessão, por dois anos consecutivos ou por três alternados;

32.22.8 Multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor das indenizações correspondentes, em caso de reversão de **Bens Reversíveis** em desconformidade com o disposto na Cláusula 4 deste **Contrato**, sem prejuízo do pagamento das respectivas indenizações.

32.22 Na hipótese de descumprimento pela **Concessionária** de qualquer obrigação prevista neste **Contrato**, para a qual não haja cominação de multa específica, esta variará de 0,1% (um décimo por cento) a 5% (cinco por cento) valor da **Contraprestação Pública Anual Máxima**, observando-se os critérios de dosimetria referidos na subcláusula 32.4.

32.23 Para a definição do valor da multa residual de que trata a subcláusula 32.22, serão utilizados, ainda, os seguintes percentuais, caso ocorra acidente e existam ou não vítimas:

(i) acidente sem vítimas: 0,50%;

(ii) acidente com vítimas: 2,0%.

32.24 O valor das multas aplicadas poderá ser revertido, a critério **Concedente**, em: (i) benefício dos **Usuários** atingidos; (ii) reparação dos danos causados pela infração contratual ou legal; (iii) ampliação na prestação de serviços no âmbito da própria **Concessão**; ou (iv) aprimoramento da qualidade dos serviços.

32.25 Sem prejuízo das outras formas de execução previstas na legislação e neste **Contrato**, as multas diárias poderão ser objeto de compensação com os futuros pagamentos (i) da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva**; ou (ii) de indenizações devidas à **Concessionária**.

32.26 O não pagamento das multas estabelecidas no prazo estipulado importará na incidência automática de juros de mora correspondentes à variação *pro rata* da taxa

SELIC, a contar da data do respectivo vencimento e até a data do efetivo pagamento.

32.27 Caso a **Concessionária** não pague a multa imposta no prazo estabelecido, o **Concedente** executará as garantias prestadas nos termos deste **Contrato** para a liquidação da multa.

32.28 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula e o seu cumprimento não prejudicam a aplicação das penas cominadas para o mesmo fato pela legislação aplicável, nem de outras sanções contratuais previstas.

32.29 A decisão administrativa da qual resulte aplicação de penalidade em decorrência da prática de ilícito administrativo terá caráter vinculante e dela somente caberão os recursos administrativos previstos na Lei estadual nº 9.433, de 1º de março de 2005.

32.30 A decisão administrativa referente à hipótese descrita na subcláusula 32.26 não está submetida às instâncias de resolução de controvérsias previstas na Cláusula 41 deste **Contrato**.

CAPÍTULO VII – DA INTERVENÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

33. Intervenção do Concedente

33.1 O **Concedente** poderá intervir na **Concessionária** nas hipóteses abaixo, quando devidamente justificadas, cabendo-lhe manter a prestação dos serviços da **Concessão** enquanto perdurar a intervenção:

33.1.1 Cessação ou interrupção, total ou parcial, da prestação dos serviços da **Concessão**;

33.1.2 Deficiências graves no desenvolvimento das atividades abrangidas pela **Concessão**;

33.1.3 Deficiências graves na organização da **Concessionária** que comprometam o devido cumprimento das obrigações assumidos no âmbito da **Concessão**;

33.1.4 Situações que ponham em risco o meio ambiente e a segurança de pessoas ou bens;

33.1.5 Descumprimento reiterado das obrigações contratuais;

33.1.6 Não apresentação das apólices de seguro obrigatórias, conforme disciplinado pela Cláusula 26.

33.1.7 Inadimplemento de contrato de financiamento, na forma da Cláusula 7;

33.1.8 Atribuição à **Concessionária** de notas de desempenho inferiores a 50% (cinquenta por cento) segundo os **Índices de Desempenho** apurados na prestação do serviço, mesmo sem comprometimento da situação financeira da **Concessionária**, em 3 (três) avaliações consecutivas ou em 5 (cinco) avaliações não consecutivas ao longo do período da Concessão;

33.1.9 Utilização da infraestrutura da **Concessão** para fins ilícitos.

33.2 Verificando-se qualquer situação que possa ensejar a intervenção da **Concessão**, o **Concedente** deverá notificar a **Concessionária** para, no prazo que lhe for fixado, sanar as irregularidades indicadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes.

33.2.1 Decorrido o prazo fixado sem que a **Concessionária** sane as irregularidades ou tome providências que, a critério do **Concedente**, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, este proporá a decretação da intervenção ao Governador do Estado da Bahia, que poderá decretá-la.

33.3 A intervenção far-se-á por decreto do Governador do Estado da Bahia, ouvido o **Conselho Gestor de PPP**, mediante publicação no DOE-BA que conterà a designação do interventor, o prazo e os limites da intervenção.

33.3.1 A função do interventor poderá ser exercida por agente dos quadros do **Concedente**, pessoa especificamente nomeada, colegiado ou empresas, assumindo a **Concessionária** os custos da remuneração.

33.3.2 A intervenção implica, automaticamente, a transferência compulsória e temporária para o Interventor da administração da **Concessionária**.

33.4 Decretada a intervenção, o **Concedente**, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará processo administrativo que deverá estar concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurado à **Concessionária** amplo direito de defesa.

33.5 A **Concessionária** se obriga a disponibilizar ao **Concedente** o **Sistema Viário**

BA-052 e os demais **Bens da Concessão** imediatamente após a decretação da intervenção.

33.6 A ocorrência de intervenção pelo **Concedente** não desonera as obrigações assumidas pela **Concessionária** junto aos seus financiadores e, por motivo justificado em prol do interesse público, o **Concedente** poderá abdicar da intervenção em favor da assunção do Controle da **Concessionária** por esses financiadores, consoante a Cláusula 31.

33.7 As **Receitas Extraordinárias e Tarifárias** obtidas durante o período da intervenção serão utilizadas para a cobertura dos investimentos, custos e despesas necessários para restabelecer o normal funcionamento do **Sistema Viário BA-052**.

33.8 Se eventualmente as receitas não forem suficientes para cobrir o valor dos investimentos, dos custos e das despesas decorrentes da **Concessão** incorridas pelo **Concedente**, este poderá:

- (i) Se valer da Garantia de Execução do **Contrato** para cobri-las, integral ou parcialmente; ou
- (ii) Descontar das parcelas vincendas da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** a ser recebida pela **Concessionária**, o valor dos investimentos, dos custos e das despesas em que incorreu.

33.9 Durante o período em que durar a intervenção, o **Concedente** se desonerá do pagamento da **Contraprestação Pública Mensal Efetiva** devida à **Concessionária**.

33.10 Cessada a intervenção, se não for extinta a **Concessão**, os serviços objeto do Contrato voltarão à responsabilidade da **Concessionária**, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

33.11 A intervenção não é causa de cessação ou suspensão de qualquer obrigação da **Concessionária** perante terceiros, inclusive financiadores.

33.12 Se ficar comprovado que não foram observados os pressupostos legais e regulamentares para a decretação da intervenção, será declarada sua nulidade, devendo o serviço retornar imediatamente à **Concessionária**, sem prejuízo da prestação de contas por parte do interventor e da indenização eventualmente cabível.

34. Casos de Extinção

34.1 A **Concessão** extinguir-se-á por:

- (i) Advento do termo contratual;
- (ii) Encampação;
- (iii) Caducidade;
- (iv) Rescisão;
- (v) Anulação; ou
- (vi) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **Contrato**;

34.2 Extinta a **Concessão**, serão revertidos ao Concedente os **Bens Reversíveis** indicados no Anexo 8, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.

34.2.1 No caso de bens arrendados ou locados pela **Concessionária** que sejam necessários para a operação e manutenção do **Sistema Viário BA-052**, o **Concedente** poderá, a seu exclusivo critério, suceder a **Concessionária** nos respectivos contratos de arrendamento ou de locação de tais bens.

34.3 Em até 180 (cento e oitenta) dias antes do término da **Concessão**, a **Concessionária** elaborará relatório pormenorizado a respeito dos **Bens Reversíveis** arrolados no Anexo 8, indicando os seus quantitativos, estado, tempo de uso e vida útil remanescente.

34.4 Em até 60 (sessenta) dias após o recebimento do relatório referido na subcláusula anterior, o **Concedente** realizará avaliação da condição dos **Bens Reversíveis**, de modo a apurar sua adequação às especificações contidas nos **Anexos** do **Contrato**, e indicará à **Concessionária**, dentre os **Bens Reversíveis**, aqueles que efetivamente deverão ser objeto de reversão ao final do **Contrato** e aqueles cuja reversão será dispensada pelo **Concedente**, mediante justificativa.

34.4.1 Apurada eventual desconformidade de **Bem Reversível**, o **Concedente** poderá utilizar a **Garantia de Execução do Contrato**, nos termos da Cláusula 27 deste **Contrato**, a fim de suprir a falta havida, sem prejuízo

de aplicar eventuais sanções à **Concessionária**.

34.4.2 A seleção de bens de que trata esta subcláusula não acarretará nenhum custo adicional ao **Concedente**, diante da completa amortização dos **Bens Reversíveis**.

34.5 A **Concessionária** encarregar-se-á do descarte ou reutilização dos bens não selecionados pelo **Concedente**, comprometendo-se a reverter o **Sistema Viário BA-052** livre e desembaraçado destes bens quando do término da **Concessão**, sem, contudo, comprometer a continuidade dos serviços.

34.6 Na extinção da **Concessão**, haverá imediata assunção dos serviços relacionados à **Concessão** pelo **Concedente**, ou outro ente por ele indicado, que ficará autorizado a ocupar o **Sistema Viário BA-052**, e a utilizar todos os **Bens Reversíveis**.

34.7 De acordo com os prazos e condições estabelecidos pelo **Concedente**, terceiros serão autorizados a realizar pesquisas de campo quando se aproximar o término do **Prazo da Concessão**, para fins de realização de estudos para a promoção de novos procedimentos licitatórios ou realização de novas obras.

35. Advento do Termo Contratual

35.1 Encerrado o **Prazo da Concessão**, a **Concessionária** será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à **Concessão** celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes.

35.2 A **Concessionária** deverá tomar todas as medidas razoáveis e cooperar plenamente com o **Concedente** para que os serviços objeto da **Concessão** continuem a ser prestados de acordo com o **Contrato**, de forma ininterrupta, bem como prevenir e mitigar qualquer inconveniência ou risco à saúde ou segurança dos **Usuários** e dos funcionários do **Concedente**.

35.3 Na hipótese de advento do termo contratual, a **Concessionária** não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos vinculados aos **Bens da Concessão** em decorrência do término do **Prazo da Concessão**.

36. Encampação

36.1 O **Concedente** poderá, a qualquer tempo durante a vigência deste **Contrato**, encampar a **Concessão**, por motivos de interesse público devidamente justificado, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização, a ser calculada

nos termos das subcláusulas abaixo.

36.2 A indenização devida à **Concessionária** em caso de encampação deverá cobrir:

36.2.1 As parcelas dos investimentos realizados, inclusive em obras, **Bens Reversíveis** e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste **Contrato**, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;

36.2.2 todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do rompimento dos respectivos vínculos contratuais, devendo tais valores serem compatíveis ao praticado no mercado, em especial no caso de partes relacionadas;

36.2.3 lucros cessantes;

36.3 Para fins do cálculo da indenização devida à **Concessionária** antes da encampação, o **Concedente** deverá observar as seguintes regras:

- i. O método de amortização utilizado no cálculo será o da linha reta (amortização constante), considerando o prazo de vigência do **Contrato**;
- ii. Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de juros durante o período de construção;
- iii. Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de despesas pré-operacionais;
- iv. Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de margem de construção;
- v. Não serão considerados eventuais ágios de aquisição;
- vi. O valor das parcelas dos investimentos vinculados a **Bens Reversíveis** ainda não amortizados ou depreciados será apurado a partir do ativo intangível e financeiro da **Concessionária**, e tendo como termo final a data da notificação da rescisão do **Contrato** à **Concessionária**, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1), pronunciamentos e orientações relacionadas e, ainda, respectivas revisões, todos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, devidamente

atualizado conforme o IPCA/IBGE do ano contratual do reconhecimento do investimento até o ano contratual do pagamento da indenização conforme regra de reajuste das **Tarifas de Pedágio**;

- vii. Os custos contabilizados, de acordo com a sistemática da alínea anterior, serão atualizados conforme o IPCA/IBGE do ano contratual do reconhecimento do investimento até o ano contratual do pagamento da indenização, de acordo com a regra de reajuste das **Tarifas de Pedágio**.

36.4 Os componentes indicados nas cláusulas 36.2.1 e 36.2.2 deverão ser atualizados conforme o IPCA/IBGE do período compreendido entre (a) o início do ano contratual em que ocorre o reconhecimento do investimento ou (b) o fato gerador dos encargos e ônus, e até o ano contratual da data do pagamento da indenização, conforme regra de reajuste das **Contraprestação Pública**.

36.5 O componente indicado na cláusula 36.2.3 será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$LC = A \times [(1 + \text{NTNB}')^n - 1]$$

Onde:

LC = lucros cessantes indicados na Cláusula 36.2.3

A = os investimentos indicados na Cláusula 36.2.1

NTNB' = taxa bruta de juros real de venda das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), ex-ante a dedução do Imposto de Renda, com vencimento compatível com o término do **Contrato**, caso não houvesse a extinção antecipada, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, considerando a média das cotações disponíveis nos 12 meses anteriores à data do pagamento da indenização.

n = período restante entre a data do pagamento da indenização e o advento do termo contratual, caso não houvesse a extinção antecipada do **Contrato**, na mesma base da NTNB'.

36.6 O pagamento realizado na forma estabelecida nesta subcláusula corresponderá à quitação completa, geral e irrestrita quanto ao devido pelo **Concedente** em decorrência da indenização por encampação, não podendo a **Concessionária** exigir, administrativa ou judicialmente, a qualquer título, outras indenizações, inclusive, por lucros cessantes e danos emergentes.

36.7 A desoneração da **Concessionária** em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamento por ela contraídos para o cumprimento do **Contrato** poderá ser realizada por:

- i. assunção, pelo **Concedente** ou por terceiros, por sub-rogação, perante os financiadores credores, das obrigações contratuais remanescentes da **Concessionária**; ou
- ii. prévia indenização à **Concessionária**, limitada ao montante de indenização calculado conforme disposto na cláusula 36.2 e 36.3, da totalidade dos débitos remanescentes que esta mantiver perante os financiadores credores.

36.7.1 O valor indicado no inciso (ii) supra poderá ser pago pelo **Concedente** diretamente aos financiadores, conforme aplicável.

36.7.2 O valor referente à desoneração tratada na subcláusula 36.7 supra deverá ser descontado do montante da indenização devida.

36.8 O prévio pagamento da indenização, previsto no artigo 37 da Lei Federal nº 8.987/95, corresponde ao pagamento do valor devido na forma desta cláusula no dia imediatamente posterior a retomada do serviço pelo **Concedente**.

36.9 As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela **Concessionária** ao **Concedente** serão descontados da indenização bruta prevista para o caso de encampação.

37. Caducidade

37.1 A inexecução total ou parcial do **Contrato**, ou dos deveres impostos em lei ou regulamento acarretará, a critério do **Concedente**, e observadas as disposições deste **Contrato**, a declaração de caducidade da **Concessão**, que será precedida de competente processo administrativo, garantindo-se o devido processo legal, especialmente o direito à ampla defesa e ao contraditório, depois de esgotadas as possibilidades de solução previstas neste **Contrato**, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais.

37.2 O **Concedente** poderá declarar a caducidade da **Concessão** na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos, além daqueles enumerados pela Lei Federal nº 8.987/95, com suas alterações:

37.2.1 A decretação, por sentença judicial transitada em julgado, de falência da **Concessionária** ou de sua condenação por sonegação de tributos ou corrupção;

37.2.2 transferência da **Concessão** ou alteração do Controle da **Concessionária**,

sem prévia anuência do **Concedente**, salvo no caso de assunção do Controle pelos financiadores, nos termos deste **Contrato**;

37.2.3 cobrança de **Tarifas de Pedágio** em desacordo com o **Contrato**;

37.2.4 descumprimento, pela **Concessionária**, da obrigação de proceder à reposição do montante integral da **Garantia de Execução do Contrato**, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua utilização pelo **Concedente**; o cancelamento ou rescisão da carta de fiança bancária ou da apólice de seguro-garantia; ou a não renovação destas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu vencimento;

37.2.5 descumprimento, pela **Concessionária**, das obrigações de contratar ou manter contratados os seguros previstos no **Contrato**, ou de dificuldade injustificada na execução dos seguros pelo **Concedente**, nas hipóteses ensejadoras de execução;

37.2.6 atribuição à **Concessionária** de notas de desempenho inferiores a 50% (cinquenta por cento) segundo os **Índices de Desempenho** apurados na prestação do serviço, em 3 (três) avaliações consecutivas ou em 5 (cinco) avaliações não consecutivas ao longo do período da Concessão;

37.2.7 não obtenção pela **Concessionária** de licenças, autorizações, permissões ou alvarás necessárias à **Concessão** no prazo limite de 2 (dois) anos, contados do respectivo protocolo;

37.2.8 descumprimento, pela **Concessionária**, da obrigação contratual de integralização de capital social mínimo prevista na subcláusula 29.1, por período superior a 90 (noventa) dias.

37.2.9 Interrupção injustificada e sem prévio aviso ao **Concedente** na prestação dos **Serviços**, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior, conforme definidas neste **Contrato**.

37.2.10 Descumprimento das penalidades impostas pelo **Concedente**.

37.2.11 Perda ou comprometimento das condições econômico-financeiras, técnicas ou operacionais, necessárias à prestação adequada do serviço concedido, conforme exigidas no **Edital**.

37.2.12 Na ocorrência de reiterada oposição ao exercício de fiscalização

da **AGERBA** ou do próprio **Concedente**, não acatamento das determinações do **Concedente**, reincidência ou desobediência às normas de operação e se as demais penalidades previstas neste **Contrato** se mostrarem ineficazes.

37.2.13 Ocorrência de desvio do objeto social da **Concessionária**.

37.3 O **Concedente** não poderá declarar a caducidade da **Concessão** com relação ao inadimplemento da **Concessionária**: (a) resultante dos eventos relativos aos riscos da **Concessão** cuja responsabilidade é do **Concedente** ou (b) causado pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, conforme definidos neste **Contrato**

37.4 A declaração de caducidade da **Concessão** deverá ser precedida da verificação do inadimplemento contratual da **Concessionária** em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e contraditório.

37.5 Não será instaurado processo administrativo de caducidade sem a prévia notificação à **Concessionária**, sendo-lhe dado, em cada caso, prazo não inferior a 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões apontadas, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de multas ou outras penalidades previstas no **Contrato**.

37.6 Instaurado o processo administrativo e comprovado o inadimplemento, a caducidade será decretada pelo **Concedente**, independentemente do pagamento de indenização prévia, calculada no decurso do processo e de acordo com a subcláusula 37.10 abaixo e seguintes.

37.7 Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização, não resultará para o **Concedente** qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da **Concessionária**.

37.8 A declaração de caducidade acarretará, ainda:

- (i) A execução da **Garantia de Execução do Contrato**, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao **Concedente**; e
- (ii) Retenção de eventuais créditos decorrentes do **Contrato**, até o limite dos prejuízos causados ao **Concedente**.

37.9 Caberá ao **Concedente** na hipótese de declaração de caducidade:

- (i) Assumir a execução do objeto do **Contrato**, no local e no estado em que

se encontrar;

- (ii) Ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos empregados na execução do serviço, necessários a sua continuidade;
- (iii) Aplicar penalidades.

37.10 A indenização devida à **Concessionária** em caso de caducidade restringir-se-á ao valor dos investimentos vinculados a **Bens Reversíveis** ainda não amortizados, conforme registrados contabilmente, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos, descontados, nesta ordem:

- (i) o valor das multas contratuais;
- (ii) o valor dos danos causados pela **Concessionária** ao **Concedente**;
- (iii) a parcela em aberto devida ao financiador relativa a financiamentos destinados a investimentos vinculados a **Bens Reversíveis**, acrescida dos juros contratuais pactuados nos respectivos instrumentos contratuais.

37.10.1 O valor descrito em (iii) será pago pelo **Concedente** para o financiador segundo cronograma de pagamentos pactuados com a **Concessionária**.

37.11 O componente descrito na cláusula 37.10 deverá ser atualizado conforme o IPCA/IBGE do período compreendido entre o início do ano contratual em que ocorre o reconhecimento do investimento e o início do ano contratual da data do pagamento da indenização conforme regra de reajuste das **tarifas de pedágio**.

37.12 Para fins do cálculo da indenização devida à **Concessionária** antes da declaração de caducidade, o **Concedente** deverá observar as seguintes regras:

- i. O método de amortização utilizado no cálculo será o da linha reta (amortização constante), considerando o prazo de vigência do **Contrato**;
- ii. Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de juros durante o período de construção;
- iii. Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de despesas pré-operacionais;

- iv. Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de margem de construção;
- v. Não serão considerados eventuais ágios de aquisição;
- vi. O valor das parcelas dos investimentos vinculados a **Bens Reversíveis** ainda não amortizados ou depreciados será apurado a partir do ativo intangível e financeiro da **Concessionária**, e tendo como termo final a data da notificação da rescisão do **Contrato** à **Concessionária**, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), pronunciamentos e orientações relacionadas e, ainda, respectivas revisões, todos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, devidamente atualizado conforme o IPCA/IBGE do ano contratual do reconhecimento do investimento até o ano contratual do pagamento da indenização conforme regra de reajuste das tarifas de pedágio;
- vii. Os custos contabilizados, de acordo com a sistemática da alínea anterior, serão atualizados conforme o IPCA/IBGE do ano contratual do reconhecimento do investimento até o ano contratual do pagamento da indenização, de acordo com a regra de reajuste das **Contraprestações Públicas**.

37.13 O **Concedente** poderá promover nova licitação do serviço concedido, atribuindo ao futuro vencedor o ônus do pagamento da indenização diretamente aos financiadores e demais credores da antiga **Concessionária** ou diretamente a esta, conforme o caso.

37.14 A aplicação da penalidade não exime a **Concessionária** do pagamento de indenização dos prejuízos que esta tenha causado ao **Concedente** ou a terceiros, ainda que seus efeitos repercutam após a extinção da **Concessão**.

37.15 Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização eventualmente devida, não resultará ao **Concedente** qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da **Concessionária**, inclusive débitos trabalhistas e previdenciários.

37.16 O pagamento realizado na forma estabelecida nesta cláusula corresponderá à quitação completa, geral e irrestrita quanto ao devido pelo **Concedente** em decorrência da indenização por caducidade, não podendo a **Concessionária** exigir, administrativa ou judicialmente, a qualquer título, outras indenizações.

38. Rescisão

38.1 O **Contrato** poderá ser rescindido por iniciativa da **Concessionária**, mediante ação proposta perante o tribunal arbitral especialmente para este fim, no caso da hipótese descrita na subcláusula 3.3, bem como nos casos de descumprimento das normas contratuais pelo **Concedente**, em especial na eventualidade de inadimplência de qualquer uma das **Contraprestações Públicas** previstas no Contrato por período superior a 6 (seis) meses.

38.2 Não configurará hipótese de rescisão o descumprimento de obrigações pelo **Concedente** que tenha sido remediado, desde que não comprometida em definitivo a possibilidade de execução do **Contrato**.

38.3 Os **Serviços** prestados pela **Concessionária** não poderão ser interrompidos ou paralisados até 90 (noventa) dias após a sentença do tribunal arbitral que decretar a rescisão do **Contrato**.

38.4 A indenização devida à **Concessionária** no caso de rescisão será calculada de acordo com o mesmo procedimento previsto na Cláusula 36 para os casos de encampação da **Concessão**.

38.5 Para fins do cálculo indicado na subcláusula 38.4 acima, considerar-se-ão os valores recebidos pela **Concessionária** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

39. Anulação

39.1 O **Contrato** poderá ser anulado em caso de ilegalidade no processo licitatório, em sua formalização ou em cláusula essencial que comprometa a prestação de serviço, por meio do devido procedimento administrativo, iniciado a partir da notificação enviada pelo **Concedente** à **Concessionária**, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

39.2 Se a ilegalidade mencionada na subcláusula 39.1 acima não decorrer de ato praticado pela **Concessionária** e for possível o aproveitamento dos atos realizados, a **Concessionária** e o **Concedente** deverão se comunicar, objetivando a manutenção do **Contrato**.

39.3 Na hipótese de anulação do **Contrato**, a **Concessionária** será indenizada com o ressarcimento dos investimentos realizados e não amortizados, sendo vedado o pagamento de lucros cessantes.

39.4 As multas e quaisquer outros valores devidos pela **Concessionária** serão descontados da indenização prevista neste **Contrato**, até o limite do saldo vencido pelos financiamentos contraídos pela **Concessionária** para cumprir as obrigações de investimento previstas no presente **Contrato**, os quais terão preferência aos valores devidos ao **Concedente**.

39.5 Para fins do cálculo indicado na subcláusula 39.4, considerar-se-ão os valores recebidos pela **Concessionária** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão

39.6 O **Concedente** poderá promover nova licitação das **Obras e Serviços** concedidos, atribuindo ao futuro vencedor o ônus de pagamento da indenização diretamente aos financiadores da antiga **Concessionária**, ou diretamente a esta, conforme o caso.

40. Evento Continuado de Força Maior e Caso Fortuito

40.1 O **Contrato** poderá ser extinto em razão de força maior ou caso fortuito superveniente à **Data de Assinatura**, regularmente comprovado, cujos efeitos perdurem por um período superior a 1 (um) ano e impeçam a regular execução do **Contrato** pela **Concessionária**.

40.2 Na hipótese descrita na subcláusula 40.1, a **Concessionária** será indenizada pelo que houver executado até a data em que o **Contrato** for extinto e por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela **Concessionária** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos de força maior ou caso fortuito.

CAPÍTULO VIII – MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

41. Resolução de Controvérsias

41.1 Comissão de Solução de Controvérsias

41.1.1 Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica e/ou de natureza econômico-financeira durante a execução do **Contrato**, qualquer das **Partes** deverá, mediante comunicação escrita endereçada à outra parte, solicitar a constituição de **Comissão de Solução de Controvérsias** específica (*ad hoc*) para este fim, delimitando o objeto da

controvérsia e indicando, desde logo, o seu representante, de acordo com as regras estabelecidas a seguir.

41.1.2 A **Comissão de Solução de Controvérsias** será competente para mediar e compor o interesse das **Partes** sobre questões controvertidas relativas aos aspectos técnicos ou aos aspectos econômico-financeiros da execução do **Contrato** submetidas pelo **Concedente** ou pela **Concessionária**, incluindo, mas não se limitando, a eventuais divergências relativas aos produtos apresentados pela **AGERBA** no exercício das funções de fiscalização contratual.

41.1.3 A **Comissão de Solução de Controvérsias** será composta por 3 (três) membros efetivos, assim escolhidos:

- (i) 1 (um) membro indicado pelo **Concedente**;
- (ii) 1 (um) membro indicado pela **Concessionária**; e
- (iii) 1 (um) membro indicado pelas **Partes**, de comum acordo.

41.1.4 No prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido de constituição da **Comissão de Solução de Controvérsias**, a outra parte deverá indicar o seu representante.

41.1.5 O terceiro membro será escolhido, de comum acordo, pelas **Partes**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da indicação do segundo membro.

41.1.6 Os membros efetivos indicados pelo **Concedente** e pela **Concessionária** contarão com 1 (um) suplente para substituí-los em eventuais impedimentos.

41.1.7 Cada uma das **Partes** arcará com as despesas de seus representantes, sendo que as despesas do membro mencionado na subcláusula 41.1.5 serão divididas igualmente entre ambas da seguinte forma: A **Concessionária** arcará com a integralidade das despesas e fará jus ao ressarcimento, pelo **Concedente**, da metade dos custos incorridos.

41.1.8 A **Comissão de Solução de Controvérsias** não decidirá nenhuma questão sem a oitiva prévia das **Partes** e sem o pronunciamento de todos os seus membros.

41.1.9 A **Comissão de Solução de Controvérsias** decidirá por maioria dos

votos.

41.1.10 Toda a divergência suscitada deverá ser encaminhada à **Comissão de Solução de Controvérsias** juntamente com cópia de todos os documentos necessários para a solução da questão.

41.1.11 A submissão de qualquer questão à **Comissão de Solução de Controvérsias** não exonera as **Partes** do integral cumprimento de suas obrigações contratuais.

41.1.12 A decisão da **Comissão de Solução de Controvérsias** será vinculante para as **Partes**, até que sobrevenha eventual decisão arbitral, confirmando a decisão da comissão ou modificando-a, em sentido diverso.

41.1.13 As **Partes** poderão a qualquer tempo submeter suas divergências diretamente à arbitragem independentemente de recurso prévio ou decisão prévia da **Comissão de Solução de Controvérsias**.

41.1.14 A solução amigável proposta pela **Comissão de Solução de Controvérsias** poderá ser incorporada ao **Contrato** mediante assinatura de termo aditivo.

41.1.15 A mediação será considerada prejudicada se a solução amigável não for apresentada pela **Comissão de Solução de Controvérsias**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do pedido de instauração do procedimento ou se a **Parte** se recusar a participar do procedimento, não indicando seu representante no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

41.2 Arbitragem

41.2.1 Nos termos da Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, as **Partes** concordam em resolver por meio de arbitragem toda e qualquer controvérsia ou disputa entre as **Partes**, oriunda ou relacionada ao **Contrato** ou a quaisquer contratos, documentos, anexos ou acordos a ele relacionados.

41.2.2 A arbitragem será administrada pela Câmara de Comércio Brasil Canadá (CCBC), segundo as regras previstas no seu regulamento vigente na data em que a arbitragem for iniciada.

- 41.2.3** Havendo acordo entre as **Partes**, poderá ser eleita outra câmara para o processamento da arbitragem.
- 41.2.4** A arbitragem será conduzida na Capital do Estado da Bahia, utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para a prática de todo e qualquer ato.
- 41.2.5** A lei substantiva a ser aplicável ao mérito da arbitragem será a lei brasileira.
- 41.2.6** O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, cabendo a cada **Parte** indicar um árbitro. O terceiro árbitro será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas **Partes**. A presidência do tribunal arbitral caberá ao terceiro árbitro. Na hipótese de a arbitragem envolver mais de 2 (duas) partes, seja no polo ativo, seja no polo passivo, a escolha dos árbitros deverá seguir o previsto no regulamento da Tribunal Arbitral pertinente.
- 41.2.7** Não havendo consenso entre os árbitros escolhidos por cada **Parte**, o terceiro árbitro será indicado pela CCBC, observados os termos e condições aplicáveis previstos no seu regulamento de arbitragem.
- 41.2.8** Caso seja necessária a obtenção das medidas coercitivas, cautelares ou de urgência antes da constituição do tribunal arbitral, ou mesmo durante o procedimento de mediação, as **Partes** poderão requerê-las diretamente ao competente órgão do Poder Judiciário.
- 41.2.9** Caso tais medidas se façam necessárias após a constituição do tribunal arbitral, deverão ser requeridas e apreciadas pelo tribunal arbitral que, por sua vez, poderá solicitá-las ao competente órgão do Poder Judiciário, se entender necessário.
- 41.2.10** As decisões e a sentença do tribunal arbitral serão definitivas e vincularão as **Partes** e seus sucessores.
- 41.2.11** A responsabilidade pelo pagamento dos custos do procedimento arbitral será determinada da seguinte forma:
- i. A **Concessionária** será responsável pelas custas para instauração do procedimento arbitral, incluindo o adiantamento de percentual dos honorários devidos aos árbitros, ainda que o procedimento

seja instaurado por iniciativa do **Concedente**;

- ii. Os custos e encargos referentes a eventuais providências tomadas no procedimento arbitral recairão sobre a **Concessionária**, mesmo quando a providência for requerida pelo próprio tribunal arbitral;
- iii. A **Parte** vencida no procedimento arbitral assumirá todas as custas, devendo, se for o caso, ressarcir a **Concessionária** pelas custas que esta, porventura, já tenha assumido no aludido procedimento.
- iv. No caso de procedência parcial do pleito levado ao tribunal arbitral, os custos serão divididos entre as **Partes**, se assim entender o tribunal, na proporção da sucumbência de cada uma.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

42. Disposições Finais

42.1 A **Concessionária** deverá observar e respeitar todas as resoluções e demais regras do **Concedente**, consideradas, no entanto, as peculiaridades e especificidades inerentes às normas e regulamentação aplicáveis às concessões e respeitando os termos do presente **Contrato**.

42.2 O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das **Partes** pelo **Contrato**, não importa em renúncia, nem impede o seu exercício posterior a qualquer tempo, nem constitui novação da respectiva obrigação ou precedente.

42.3 Se qualquer disposição do **Contrato** for considerada ou declarada nula, inválida, ilegal ou inexecutável em qualquer aspecto, a validade, a legalidade e a exequibilidade das demais disposições contidas no **Contrato** não serão, de qualquer forma, afetadas ou restringidas por tal fato.

42.3.1 As **Partes** negociarão, de boa-fé, a substituição das disposições inválidas, ilegais ou inexecutáveis por disposições válidas, legais e exequíveis, cujo efeito econômico seja o mais próximo possível ao efeito econômico das disposições consideradas inválidas, ilegais ou inexecutáveis.

42.4 Cada declaração e garantia feita pelas **Partes** no presente **Contrato** deverá ser tratada como uma declaração e garantia independente, e a responsabilidade por qualquer falha será apenas daquele que a realizou e não será alterada ou modificada pelo seu conhecimento por qualquer das **Partes**.

42.5 As comunicações e as notificações entre as **Partes** serão efetuadas por escrito e remetidas: (i) em mãos, desde que comprovadas por protocolo; por fax ou correio eletrônico, desde que comprovada a recepção; ou (iii) por correio registrado, com aviso de recebimento.

42.5.1 Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, na forma desta cláusula, os endereços indicados no preâmbulo e os seguintes números de fax ou endereços de correio eletrônico:

(i) **Concedente:** [●]

(ii) **Concessionária:** [●]

42.5.2 Qualquer das **Partes** poderá modificar o seu endereço postal, endereço de correio eletrônico e número de fax, mediante simples comunicação à outra Parte.

42.6 O **Contrato** e a **Concessão** serão regidos e interpretados de acordo com as leis do Estado da Bahia e da República Federativa do Brasil, em especial pela Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, pelas Leis Federais nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

42.7 Todos os documentos relacionados ao **Contrato** e à **Concessão** deverão ser redigidos em, ou oficialmente traduzidos para, a língua portuguesa. Em caso de qualquer conflito ou inconsistência, a versão em língua portuguesa deverá prevalecer.

42.8 Os prazos estabelecidos em dias, no **Contrato**, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

42.9 Fica desde já eleito o Foro da Fazenda Pública de Salvador/BA para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente **Contrato** que não possam ser resolvidas mediante a Comissão de **Solução de Controvérsia** ou por procedimento de arbitragem, nos termos das subcláusulas 39.1 e 39.2.

E, por estar em justas e contratadas, as **Partes** assinam o **Contrato** em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, considerada cada uma delas um original.

Salvador, [●] de [●] de 2018.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DA BAHIA

[AUTORIDADE RESPONSÁVEL]

[CONCESSIONÁRIA]

**AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE
ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DA BAHIA**

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A. – DESENBAHIA